

XXIV Congresso Nacional  
do Partido Socialista

Moção de Orientação Nacional



**Por Todos.  
Para Todos**

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---



- 1.**  
Sumário Executivo
  
- 2.**  
Introdução
  
- 3.**  
Um Partido mobilizador para superar os desafios do presente e garantir o futuro
  
- 4.**  
A governação do PS: palavra dada e resultados
  
- 5.**  
Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos:
  - 5.1**  
Nós na Europa;
  - 5.2**  
Desenvolvimento económico;
  - 5.3**  
Coesão social;
  - 5.4**  
Proteção ambiental;
  - 5.5**  
Justiça, instituições eficazes, segurança e paz;
  - 5.6**  
Parcerias: política externa e cooperação.
  
- 6.**  
Um futuro de esperança para Portugal

# 1. Sumário Executivo



O PS é o grande partido da esquerda democrática em Portugal. Um partido popular e interclassista, onde cabem todas e todos quantos querem a liberdade, o progresso, a justiça social e a igualdade de oportunidades. O PS assume-se como um partido progressista, inclusivo e reformista, assente escorado nos valores fortes da liberdade, da solidariedade e da dignidade. Um partido que faz da participação e da mobilização uma forma radical de defesa da democracia, e da formulação de políticas capazes de responder às necessidades do País e aos anseios dos cidadãos e das cidadãs.

O PS tem de manter a sua autonomia, com vista para assegurar o seu papel histórico, promovendo entendimentos tanto à sua esquerda como à sua direita, buscando consensos alargados em áreas estratégicas para o desenvolvimento da democracia e do país.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

Esta moção de orientação nacional traça uma visão para o país: um país orientado para o crescimento da Economia e do Emprego, com trabalho digno e melhores salários, com uma base económica diversificada, assente na inovação e no conhecimento, com justiça social e respeito pela diversidade. Um país crescentemente autónomo do ponto de vista energético e com maior incorporação de energias renováveis no consumo energético total, que protege a biodiversidade e trata melhor dos seus resíduos, promovendo a circularidade. Um país novamente voltado para o mar e para o seu potencial económico, com respeito pela proteção da vida marinha. Um país que aposta na transição energética e na transição digital, sem deixar ninguém para trás. Um país descentralizado, com autarquias locais reforçadas nas suas competências. Um país cuja unidade se faz também através do desenvolvimento da autonomia das regiões dos Açores e da Madeira. Um país democrático, seguro, territorialmente coeso e resiliente territorialmente, com instituições eficazes e um sistema de justiça eficiente. Um país aberto ao mundo e ciente da sua importância no projeto europeu, na Aliança Atlântica e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Um país que procura o bem-estar das portuguesas e dos portugueses no presente, sem comprometer o futuro.

As nossas prioridades são: o crescimento e o Emprego, com trabalho digno e melhores salários, pelo que criaremos o Programa Mais PME, para apoio às pequenas e médias empresas; a emergência na habitação, onde defendemos um Pacto para a Habitação, para com vista ao aumento significativo do número de casas stock de fogos de habitação a custos controlados; e o investimento no setor da Saúde, no âmbito do com um Compromisso Plurianual para a Saúde, a estabelecer com os seus agentes e profissionais. do setor.

O PS deve organizar a sua proposta política em linha com a mais completa matriz de políticas públicas à escala global: a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O cumprimento desta ambiciosa Agenda exige coerência e convergência de políticas públicas em todos os níveis de governo – nacional, regional, e local – e com o envolvimento de toda a sociedade.

Esta moção de orientação nacional será, assim, a primeira em Portugal a procurar alinhar a proposta política de um partido político com a Agenda 2030, assegurando o compromisso nacional com essa Agenda e com a visão do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

O desenvolvimento sustentável assenta em três pilares – económico, social e ambiental – num quadro de paz, justiça e segurança e concretiza-se através de parcerias.

O programa político do PS deve colocar a Europa com maior centralidade. A política europeia já não é, fruto da profunda integração proporcionada pelo projeto europeu, uma refração da nossa política externa. Pelo contrário, é verdadeiramente uma extensão da política nacional.

Por isso, a presente moção está organizada na seguinte sequência: nós na Europa; desenvolvimento económico; coesão social; proteção ambiental; e paz, justiça, segurança e parcerias.

Apresentaremos os nossos valores e grandes objetivos estratégicos, mas também iniciativas específicas representativas das nossas prioridades:

- 1.** Aprovar uma Nova Agenda para a Década, como em 2015, atualizando de forma abrangente e integrada os desafios que o país enfrenta, afirmando orientações políticas para lhes dar resposta e estabelecendo objetivos ambiciosos de longo prazo.
- 2.** Criar o Programa MAIS PME, com vista para promover a melhoria das condições de financiamento e da tesouraria das micro, pequenas e médias empresas, que são responsáveis por cerca de 80% do emprego nacional.
- 3.** Renovar os acordos de Concertação Social, em matéria de salários e competitividade, e os acordos com os sindicatos da Administração Pública relativos a remunerações.
- 4.** Uma nova ambição para o salário mínimo nacional: propomo-nos fixar as metas adequadas para, em sede de Concertação Social, reduzir, o diferencial face ao salário mínimo praticado em Espanha, ao longo dos próximos quatro anos.
- 5.** Aprofundar a proteção laboral dos trabalhadores das plataformas digitais, assegurando-lhes um rendimento digno e garantindo, à prestação de serviços, um rendimento horário proporcional ao da Remuneração Mínima Mensal Garantida.
- 6.** Criar o Programa Agentes da Mudança, com vista para apoiar a contratação de jovens qualificados para apoiar e acelerar a transição energética e a transição digital nas empresas.
- 7.** Alargar a proteção na infância, assegurando a gratuidade da frequência do ensino pré-escolar.
- 8.** Promover o Pacto Nacional para a Habitação, com vista para aumentar muito significativamente o parque público de habitação acessível, e o fomentar da construção de nova habitação e da reabilitação urbana para fins habitacionais, pelo setor privado e cooperativo, alinhando incentivos nos casos em que os imóveis se destinem a habitação a custos controlados.
- 9.** Reforçar o setor da Saúde, através da celebração de um Compromisso Plurianual para a Saúde com os agentes e profissionais do setor de um Compromisso Plurianual para a Saúde, com uma programação de investimento em infraestruturas e equipamentos e na dignificação profissional dos trabalhadores do setor.
- 10.** Promover o reforço da rede de transportes públicos e o alargamento do respetivo acesso através de redução tarifária, bem como e reforçar a aposta na mobilidade elétrica.
- 11.** Concretizar, em diálogo com as forças democráticas e os representantes do setor judiciário, um Compromisso para a Justiça, com vista para garantir a sua efetividade em tempo útil no respeito pelas garantias fundamentais do Estado de Direito.
- 12.** Nos primeiros seis meses da nova legislatura, o PS apresentará na Assembleia da República propostas a respeito da reforma do sistema eleitoral, da melhoria da ligação entre eleitos e eleitores, da reforma do sistema de governo das autarquias, sobre a regionalização e sobre a transparência no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

Pretende-se afirmar políticas públicas que respondam aos desafios do presente, assegurando um futuro próspero e sustentável, uma transição verde e digital, que seja simultaneamente uma transição justa.

Que reafirme o compromisso de sempre dos socialistas: não deixar ninguém para trás!



# 2.

## Introdução





# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

O XXIV Congresso do Partido Socialista ocorre na sequência da interrupção abrupta de uma legislatura em que o PS conquistara o apoio maioritário do povo português e se encontrava a menos de metade de um ciclo de governação que mostrava importantes resultados, mas em que muito trabalho ainda se encontrava em execução.

Os órgãos do Partido Socialista que resultarem deste Congresso enfrentarão um ciclo político desafiante, iniciado com as eleições para a Assembleia da República logo em 10 de março, bem como eleições para o Parlamento Europeu três meses depois, a 9 de junho, e para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ainda em 2024. Serão também os órgãos que conduzirão o Partido nas eleições para as Autarquias Locais em 2025 e que estarão em funções nos meses que antecedem a eleição para Presidente da República em 2026.

Ciclo político desafiante, esse que conformará o PS da próxima década e os seus protagonistas locais, nacionais e europeus. Importa, por isso, olhar para o futuro conscientes de que **só com a participação de todas e de todos os socialistas e dos setores mais dinâmicos da sociedade é possível vencer os desafios que enfrentamos.**

Cabe ao PS a responsabilidade de **reafirmar a relação de confiança que sempre manteve com o povo português e garantir a continuidade da sua governação.** Uma governação de resultados e contas certas. Contas certas que foram asseguradas com crescimento económico, melhoria dos rendimentos das portuguesas e dos portugueses e reforço do Estado Social, em condições exigentes, enfrentando uma pandemia e uma guerra na Europa, a par das suas múltiplas consequências. Foi possível e continuará a ser possível garantir o equilíbrio orçamental sem pôr em causa o crescimento e o investimento e assim reduzir o peso da dívida pública, garantindo um “porto seguro” para a economia portuguesa, num cenário de tanta incerteza internacional. Não compreender a necessidade de reduzir a dívida pública é não compreender o risco que recai sobre a economia portuguesa, sobre as empresas e sobre as famílias. É não compreender que quanto mais recursos tivermos de alocar ao serviço da dívida, menos recursos podemos investir na qualificação dos portugueses, na saúde e na educação dos portugueses e no desenvolvimento de Portugal.

Num tempo em que ressurgem tendências antidemocráticas e populistas, em que as redes sociais, a desinformação, a automatização e a inteligência artificial, assim como a inflação, configuram novos desafios para a sociedade, importa reforçar a cidadania, munindo as cidadãs e os cidadãos das ferramentas necessárias para poderem exercer os seus direitos plenamente.

# 2.

## Introdução

Este propósito convoca não só os titulares de cargos políticos e públicos, ou a sociedade civil, como as estruturas internas dos partidos políticos, constituindo um dever do Partido Socialista de **liderar pelo exemplo**, seguindo o seu caminho como partido de causas.

O PS prosseguirá o caminho de desenvolvimento do país, promovendo a transformação estrutural da economia portuguesa, elevados níveis de emprego e melhoria contínua dos salários. Garantirá a execução do investimento público, designadamente do PRR e do PT2030, mas assegurando também as condições para a continuação do investimento público aos mesmos níveis ou superiores após o fim da vigência desses quadros de financiamento europeu em vigor. O PS continuará a estratégia de eliminação de custos de contexto para cidadãos e empresas, criando ambientes favoráveis ao investimento privado, especialmente ao investimento direto estrangeiro, simplificando a relação de cidadãos e empresas com a Administração Pública. O PS prosseguirá o rejuvenescimento e modernização da Administração Pública portuguesa e a transição digital da Economia.

O PS defenderá e reforçará o Estado Social e garantirá os serviços públicos de qualidade nas diversas áreas: Habitação, Segurança Social, Saúde e Educação. Continuará a ser um partido de forte inspiração ecológica ambiental e ambientalista, assegurando a transição climática, de forma inclusiva e justa, sem deixar ninguém para trás. O PS estará à altura do seu legado histórico e proporá um caminho de progresso para o país, as portuguesas e os portugueses.

As nossas prioridades são: o crescimento e o emprego, com trabalho digno e melhores salários, pelo que criaremos o **Programa Mais PME**, para apoio às pequenas e médias empresas, pois estas são responsáveis por cerca de 80% do emprego nacional; a emergência na habitação, onde defendemos um **Pacto para a Habitação**, com vista ao aumento significativo do stock de fogos de habitação a custos controlados; e o investimento no setor da Saúde, no âmbito do Compromisso Plurianual para a Saúde, a estabelecer com os agentes e profissionais do setor.

# 3.

Um Partido mobilizador para superar os desafios do presente e garantir o futuro



# 3.

## Um Partido mobilizador para superar os desafios do presente e garantir o futuro

O PS celebrou em 2023 os seus 50 anos. É um partido fundador da democracia portuguesa e a grande força de referência do regime democrático. Neste momento da vida coletiva do país cabe ao PS, mais uma vez, garantir a colocação dos interesses do país, das portuguesas e dos portugueses, à frente do interesse do Partido. E, como no momento da fundação da nossa democracia, o PS deve manter o seu combate pela construção e manutenção de uma base doutrinária própria e autónoma.

O PS é o grande partido da esquerda democrática em Portugal. Sempre o foi e sempre o será! Um partido popular e interclassista, onde cabem todas e todos quantos querem a liberdade, o progresso, a justiça social e a igualdade de oportunidades. O nosso combate – aprendemo-lo com Mário Soares – é pelo socialismo em liberdade! Temos memória de quanto isso custou a construir. E também lembramos que o PS, sempre que o PS abdicou da sua autonomia estratégica, foi penalizado nas urnas pelo povo português.

Não confundimos alianças com desígnios estratégicos. O PS é um partido charneira do espectro político português. Um partido de pontes e de diálogo, o que como já demonstrou por diversas vezes ao longo da nossa história democrática. Nunca foi o PS que rompeu os seus entendimentos com outros partidos. O PS sempre honrou as suas alianças e sempre contribuiu para a estabilidade e para a governabilidade do país. **Por isso, quanto maior é a força eleitoral do PS, mais garantida fica a governabilidade.**

O **PS tem de manter a sua autonomia**, com vista a assegurar o seu papel histórico, promovendo entendimentos tanto à esquerda como à sua direita, buscando consensos alargados em áreas estratégicas para o desenvolvimento da democracia e do país.

O PS assume-se como um partido progressista, inclusivo e moderado, escorado apoiado nos valores fortes da liberdade, da solidariedade e da dignidade, que faz da participação e da mobilização uma forma radical de defesa da democracia e da formulação de políticas capazes de responder às necessidades do País e aos anseios dos cidadãos e das cidadãs.

Tão perto de comemorar os 50 anos do 25 de abril de 1974, o PS, como partido republicano e de profundas raízes democráticas, tem o dever histórico de **contribuir para a preservação das instituições democráticas**. Num contexto de emergência de populismos, assentes num longo trajeto de progressivo desencanto das populações perante as respostas dos sistemas democráticos, é fundamental restaurar a confiança dos cidadãos e das cidadãs na democracia e nos partidos políticos. **O PS constituirá sempre um obstáculo à ascensão da extrema-direita.**



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

Para isso, o PS tem de ter **elevados padrões de exigência ética** com todos os seus militantes ou independentes que disputem cargos políticos e públicos em nome ou por designação do PS. Exigirá, pois, a subscrição, por todos os candidatos do PS a cargos eletivos de uma declaração de compromisso em como respeitarão integralmente os princípios e as regras atinentes ao estatuto institucional que vierem a desempenhar.

Como partido de mulheres e homens livres, privilegiará o princípio da liberdade de voto dos Deputados do Grupo Parlamentar em matérias de consciência e nas demais em que o Grupo Parlamentar não declare a necessidade de prevalência da disciplina de voto.

Não há democracia sem partidos, mas há democracia para lá dos partidos. **O PS assegurará canais de diálogo com as organizações da sociedade civil participativa**, com os movimentos sociais, com a academia e as instituições do sistema científico nacional, e abrirá o seu funcionamento à participação das cidadãs e dos cidadãos. Em especial, e num espírito de abertura à sociedade civil, o PS promoverá a **criação de Conselhos de Opinião, integrando pessoas da sociedade civil**, funcionando como estruturas de consulta regular dos órgãos partidários tanto ao nível nacional, como regional e local.

O PS fomentará a **participação das camadas mais jovens da sociedade na vida democrática**, fazendo com que aqueles que já tiveram a felicidade de nascer em liberdade não a tomem por adquirida, sendo seduzidos por projetos políticos que a querem destruir. Investirá na formação contínua dos seus militantes e quadros, com vista a garantir um nível cada vez mais elevado do debate interno e da construção da linha política do Partido, em todas as suas estruturas.

O PS organizará espaços institucionalizados e regulares de contacto, de natureza temática, entre todas as estruturas e os eleitos pelo Partido Socialista ou que exercem cargos políticos por sua indicação, com vista à troca de experiências e informações, bem como à apresentação pelos militantes e estruturas da sua visão e propostas. Estes espaços poderão, quando adequado, evoluir para fóruns de debate temático ou setorial abertos à participação de não militantes, em articulação com os Conselho de Opinião.

A valorização da militância faz-se pela promoção da participação, permitindo a cada militante, de acordo com as suas qualificações e interesses, contribuir para a intervenção pública do Partido e para a valorização das suas políticas. Nesse contexto, o PS intensificará o contacto do Secretário-Geral e do Secretariado Nacional com as estruturas, através da realização de plenários distritais de militantes regulares e espaços de contacto e de trabalho permanente com as Federações. O PS reverá a sua organização interna, com vista a promover um nível de reflexão, coordenação e decisão à escala intermunicipal.

# 3.

## Um Partido mobilizador para superar os desafios do presente e garantir o futuro

**O PS manterá a sua luta intransigente pela participação igualitária de homens e mulheres na vida política**, bem como a promoção de ambientes acolhedores da diversidade no seu seio. Deve, pois, continuar a aprofundar o princípio da paridade e da igualdade de género a todos os níveis da representação partidária e institucional.

A recuperação da centralidade do mundo do trabalho num Partido com a nossa história e tradição é também da maior importância. A valorização das secções setoriais e temáticas é vital nesse contexto, bem como a valorização da tendência sindical socialista. Em especial nos contextos transformadores que o mundo do trabalho enfrenta na atualidade.

**O PS deve preservar a sua dimensão autárquica e regional**, como o partido com a maior implantação nacional, tendo como ambição continuar a manter a maioria das câmaras municipais, das juntas de freguesias e de votos nas eleições autárquicas, bem como de retomar o Governo da Região Autónoma dos Açores.

O mito de que a nível local as escolhas partidárias são menos relevantes não passa disso mesmo: um mito com que se induz em erro o eleitorado. As escolhas de políticas públicas em determinadas autarquias – assim como o retrocesso noutras, bem como no Governo dos Açores – ilustram bem que é o PS que garante o progresso e a qualidade de vida dos nossos concidadãos e concidadãs.

O PS orgulha-se do trabalho desenvolvido pelos seus militantes e dirigentes no Governo dos Açores até 2020 e apoia a retoma dessa liderança progressista na Região, com vista a um desenvolvimento que honre as ambições autonómicas das populações, em cooperação com os órgãos de soberania da República. Na Região Autónoma da Madeira, o PS nacional deve proporcionar o apoio e a solidariedade de que necessitam os camaradas que em nome do PS exercem uma oposição construtiva, numa situação de preocupação quanto ao exercício de direitos em democracia e de transparência da governação.

A moção de orientação nacional não é um programa eleitoral, muito menos um programa de Governo. Traça as linhas orientadoras gerais de ação do Partido, que enquadram a densificação da proposta política no contexto dos órgãos eleitos na sequência do Congresso Nacional. Assim, após o Congresso comprometemo-nos a aprofundar as orientações da moção, na construção do programa eleitoral. Esse exercício tem de ser aberto a militantes e simpatizantes, em todas as camadas da estrutura, e aberto à sociedade civil, sob coordenação do Gabinete de Estudos. A construção do programa eleitoral deve ser um fator de união e de mobilização do Partido, no caminho para as eleições legislativas. O PS realizará uma profunda reflexão estratégica sobre os desafios do futuro, com vista a **aprovar uma Nova Agenda para a Década**.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO



# 4.

## A governação do PS: palavra dada e resultados





# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

A governação de António Costa deixa um legado sem precedentes, demonstrando uma alternativa de sustentabilidade financeira e de justiça social. Em 2019 foi atingido o primeiro saldo orçamental positivo da democracia e, em 2023, Portugal voltará a registar um saldo positivo. Em resultado, a dívida pública foi reduzida de 131,5 % do PIB em 2016 para 103 % do PIB em 2023.

O salário mínimo nacional subirá 62 %, o que contribuiu para a subida em 26 % do rendimento médio mensal líquido. O robustecimento da procura interna e o incentivo ao investimento permitiu a criação de mais de 600 mil empregos. A economia tornou-se mais competitiva, com as exportações a atingirem cerca de 50 % do PIB em 2022, 5 anos antes do objetivo estabelecido previamente. Desde 2015, mais de 600 mil pessoas saíram da condição de pobreza ou exclusão social e a taxa de privação material e social severa caiu de 10,9 %, em 2015, para 4,9 %, em 2023.

Ao nível da Função Pública, foram repostos todos os cortes salariais aplicados aos funcionários públicos, incluindo a reposição do período normal de trabalho. Foram descongeladas as progressões e, em 2020, foi estabelecida uma recuperação parcial do tempo de serviço em toda a Administração Pública. Mais recentemente, em 2023, foram assinados acordos plurianuais de valorização remuneratória, que inclui a revisão das carreiras gerais e a revisão do sistema de avaliação na Administração Pública.

Na Saúde, os recursos humanos do SNS aumentaram em cerca de 25 % e a dotação orçamental subiu mais de 50 %, resultando num reforço da capacidade assistencial, mesmo que ainda insuficiente para a resposta que ambicionamos.

Foi criado o Centro de Atendimento Consular, que serve hoje comunidades portuguesas em nove países europeus. Foi concretizado o recenseamento eleitoral automático de emigrantes, alargando o universo eleitoral de cerca de 250 mil, em 2015, para 1,5 milhões, em 2022, que resultou numa subida de 28 mil votantes, em 2015, para 174 mil, em 2022. Foi criado o Programa Regressar, que já permitiu atrair 18 mil pessoas de volta a Portugal.

Foi efetuado um esforço de valorização e dignificação das condições para o exercício da especial missão de serviço público das forças e serviços de segurança, bem como foi aprovada a Lei de Programação em Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança, cuja execução se encontra em curso. Foram aprovadas a Estratégia Integrada de Segurança Urbana e a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária. Em 2023, o Global Peace Index classificou Portugal como o 7.º país mais seguro do mundo, quando em 2015 se encontrava em 11.º lugar. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna relativo a 2022, a criminalidade violenta e grave registou uma expressiva redução de 30 % desde 2015.

# 4.

## A governação do PS: palavra dada e resultados

Ao nível da Proteção Civil, alterou-se estruturalmente o modelo de prevenção e combate aos incêndios rurais, com reforço da componente preventiva, foram reforçados os meios operacionais e efetuou-se um reforço da rede SIRESP. Foi, também, aprovado o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Mais recentemente, foi aprovada a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030.

Foram aprovadas medidas orientadas para a modernização, simplificação e racionalização de meios da Justiça e concretizado o plano de ação Justiça Mais Próxima, procedeu-se a uma requalificação e reforço das infraestruturas físicas e tecnológicas com impacto na simplificação processual e redução de pendências, apostando-se na resolução alternativa de litígios.

Quanto ao combate às Alterações Climáticas, Portugal foi o primeiro país do mundo, em 2016, a assumir um compromisso com a neutralidade carbónica em 2050, objetivo entretanto antecipado para 2045. Foram concebidos o Roteiro para a Neutralidade Carbónica e o Plano Nacional de Energia e Clima. Foi igualmente aprovada a Lei de Bases do Clima. A aposta nacional nas energias renováveis levou a que o peso destas na produção de energia elétrica subisse de 52,6 %, em 2015, para 61,4 %, em 2022.

Ao nível da valorização do Território e da Floresta, foi aprovada a criação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada, o novo regime jurídico de ações de arborização que impede a expansão da área de eucalipto, o Programa Nacional de Fogo Controlado e o novo modelo de gestão para as áreas protegidas.

Foram aumentados os pagamentos mínimos por agricultor, os montantes máximos elegíveis dos projetos para os pequenos agricultores, e o prémio à instalação para jovens agricultores. Foi implementado o Programa Nacional de Regadios e aprovadas a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica e a Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030 para promover o crescimento do setor agrícola, tornando-o mais inovador e competitivo.

No setor portuário, a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos do Continente 2016-2026 iniciou um processo de revalorização e desenvolvimento de um sistema portuário moderno e integrado. Foram aprovadas a Fatura Única Portuária e a Janela Única Logística. Em 2021, foi ainda aprovada a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

Ao nível da promoção da Natalidade, procurou-se criar condições para que cada família possa decidir, sem constrangimentos, designadamente económicos, o número de filhos que deseja ter. O regressivo quociente familiar foi substituído pela dedução fixa por filho, aumentada a partir do segundo filho em 2021 e 2022. Foram igualmente reduzidas despesas das famílias, com a gratuidade dos manuais escolares, a redução das propinas e a criação do passe único metropolitano para cada agregado familiar. Foi instituída a gratuidade das creches, em paralelo com um investimento na rede. O Abono de Família foi aumentado de forma expressiva para as crianças até aos 3 anos e, mais recentemente, no âmbito do combate à pobreza infantil foi estabelecida a Garantia para a Infância, que assegura 600 euros anuais a todas as crianças e 1200 euros anuais às crianças em situação de pobreza extrema.

Quanto ao combate à precariedade, o Estado começou por dar o exemplo com a criação do PREVPAP para regularização dos vínculos precários na Administração Pública e foram criados incentivos para a conversão de contratos a termo para contratos definitivos.

No setor da habitação foram tomadas medidas decisivas para proteger os cidadãos, como a impenhorabilidade da casa de morada de família ou a limitação dos aumentos das rendas em períodos inferiores a 5 anos. O lançamento do Programa de Arrendamento Acessível, o alargamento do parque habitacional público, a criação do Programa 1.º Direito para garantir habitação digna a dezenas de milhares de agregados, a redução da fiscalidade aplicável ao arrendamento de longa duração ou o alargamento do Porta 65 a todas as candidaturas elegíveis, foram algumas das iniciativas concretizadas.

Ao nível fiscal, o IRS foi reduzido, em particular para as famílias com filhos e da classe média, com a introdução da dedução fixa por filho e o aumento dos escalões. Foi criado o adicional ao IMI para imóveis de elevado valor patrimonial que foi consignado ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, tal como aconteceu com a receita de 2 % do IRC.

Os recursos humanos da educação foram fortemente reforçados, com o aumento em 9% do número de professores, permitindo a redução do número de alunos por turma e o reforço das iniciativas de promoção do sucesso escolar.

# 4.

## A governação do PS: palavra dada e resultados





# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

Concretizou-se a descentralização e foi aprovado o Programa de Valorização do Interior e a Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço.

Tendo em vista a criação de um quadro favorável ao investimento e à capitalização das empresas, foi lançado o programa Capitalizar. Foi ainda criado o Banco Português de Fomento. No total, entre PRR e PT 2030, as empresas dispõem de mais 142 % face ao anterior quadro de programação de recursos financeiros para crescerem, investirem e inovarem.

Ao nível da Ciência, o reforço do financiamento da FCT, o Estímulo ao Emprego Científico e a aposta na internacionalização do sistema científico, permitiu duplicar a participação no Programa-Quadro Europeu de Investigação e Inovação, sendo percorrido um caminho que permitiu reforçar em 85 % o investimento em I&D, alcançando 1,7 % do PIB em 2022.

Na Cultura, garantiu-se a permanência no país das obras da pintora Vieira da Silva e da coleção Miró, enquanto se apostou na melhoria do acesso à cultura, com a gratuidade da visita a museus e monumentos nacionais aos domingos. Foi empreendida uma das maiores reformas do setor, através da criação da Museus e Monumentos de Portugal, EPE e o Património Cultural, I. P..

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos





# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

O PS deve organizar a sua proposta política em linha com a mais completa matriz de políticas públicas à escala global: a **Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. O cumprimento desta ambiciosa Agenda exige coerência e convergência de políticas públicas em todos os níveis de governo – nacional, regional e local – e com o envolvimento de toda a sociedade.

**Esta moção de orientação nacional será, assim, a primeira em Portugal a procurar alinhar a proposta política de um partido político com a Agenda 2030**, assegurando o compromisso nacional com essa Agenda e com a visão do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

O desenvolvimento sustentável assenta em três pilares – económico, social e ambiental – num quadro de paz, justiça e segurança e concretiza-se através de parcerias.

**O programa político do Partido Socialista deve colocar a Europa com maior centralidade.** A política europeia já não é, fruto da profunda integração proporcionada pelo projeto europeu, uma refração da política externa. Pelo contrário, é verdadeiramente uma extensão da política nacional. E já não é apenas a Europa que está connosco, como nos alvares da adesão, pela mão do PS e de Mário Soares. É o país e o PS que dão cartas na Europa e participam de pleno direito na consolidação e aprofundamento do projeto europeu e das políticas europeias.

Por isso, a presente moção está organizada na seguinte sequência: nós na Europa; desenvolvimento económico; coesão social; proteção ambiental; e paz, justiça, segurança e parcerias.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.1 Nós na Europa

A política europeia deve ser entendida como um contínuo da política interna, concorrendo para concretizar os objetivos da sociedade portuguesa. Desde 1974 que o PS guia a sua atuação neste plano de forma clara e coerente: garantir melhores condições para o desenvolvimento socioeconómico de Portugal e promover, no plano europeu, os valores e princípios inscritos na nossa Constituição. Percebe-se, assim, o empenho do PS na adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

No que respeita ao processo de construção europeia, o PS regeu-se sempre pela promoção do aprofundamento da integração na União Europeia. Fê-lo, e deverá continuar a fazê-lo, de forma proativa, moldando este processo aos interesses nacionais e ciente da necessidade de compromissos com os restantes Estados-membros.

Em termos práticos, o PS sempre pugnou pela criação de mecanismos de convergência interna no mercado único que permitissem ao tecido empresarial português competir em condições de equidade e a valorização da nossa mão de obra – razão pela qual os Fundos Estruturais e o Fundo Social Europeu foram orientados para maximizar esses objetivos. Para corrigir clivagens internas na União, o PS também sempre defendeu o desenvolvimento de uma União Económica e Monetária dotada dos instrumentos necessários à sua boa gestão. Assim, defensor da moeda única e da necessidade de respeito pelas regras orçamentais, conforme evidenciado desde 2015, o PS também pugna pelo desenvolvimento de novas ferramentas orçamentais comuns. Por isso mesmo, o Governo do PS, com António Costa, esteve na linha da frente da resposta robusta à crise económica gerada pela Covid-19. Por isso, logo em 2020, foi fechado no Eurogrupo, sob a presidência de Mário Centeno, o SURE (Mecanismo de apoio ao emprego) e a Garantia Paneuropeia do Banco Europeu de Investimento (BEI). O PS, incluindo através da sua família política no Parlamento Europeu, esteve na linha da frente na criação do Plano de Recuperação europeu “Next Generation EU” (NGEU), que permitiu a primeira emissão de dívida conjunta da União.

Este caminho de defesa do aprofundamento da integração europeia deve ser prosseguido com a mesma postura ativa e exigente. **Portugal nunca poderá ser, no contexto europeu, um ator passivo. Portugal deve, aliás, aprofundar a presença na União Europeia, designadamente incentivando o crescimento da presença de funcionários portugueses nas instituições europeias, em especial em funções dirigentes.**



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

**O PS, na governação, aprofundará a estrutura de coordenação de assuntos europeus,** tanto ao nível técnico como político. É necessário interiorizar que o processo legislativo europeu molda o quotidiano de cidadãos e empresas. Assim, deve ser reforçado o acompanhamento deste processo tanto em Portugal como nas instâncias europeias competentes (a montante junto da Comissão Europeia e a jusante no Conselho da União Europeia e no Parlamento Europeu). Propõe-se, para o efeito, melhorar a articulação da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia em Portugal com as entidades públicas, mas também associativas e empresariais, com a organização regular de reuniões temáticas.

**A Assembleia da República deve incrementar o acompanhamento das matérias europeias, em particular do processo legislativo europeu. Defendemos que cada Ministro apresente a agenda e as prioridades perante a Comissão de Assuntos Europeus** e outras Comissões quando relevante e em vésperas de cada Conselho de Ministros da União Europeia.

Constatando que o centro gravitacional da UE está a fletir para leste, por força dos necessários alargamentos da União, que defendemos, **o PS sustenta a necessidade de manter a dimensão atlântica da União, destacando também o papel fundamental das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira** no contexto continental. A dimensão atlântica portuguesa – recordando que Portugal detém a maior Zona Económica Exclusiva contígua ao continente europeu – projeta a União Europeia para um espaço de enorme potencial científico e económico. Assim, Portugal deverá defender a adoção de uma agenda atlântica, que empreste maior coerência às várias políticas comuns e partilhadas – transportes, pescas, agricultura, investigação, coesão, entre outras – das regiões da fachada atlântica e das regiões ultraperiféricas. Esta centralidade atlântica, escorada no longo e privilegiado relacionamento como Reino Unido e com o Atlântico Norte, valorizará também o relacionamento com o Atlântico Sul, designadamente com África e a América Latina, como pontes de uma relação saudável, de cooperação multilateral e entre iguais com o grande sul global. Bem assim, Portugal deve posicionar-se na Europa como reserva em matérias-primas estratégicas, contribuindo para a autonomia do continente europeu face a outras geografias.

Por fim, o PS defende um esforço contínuo para o aprofundamento da União Económica e Monetária. **Defenderemos a criação de um instrumento orçamental permanente, a desenvolver com base na experiência da execução dos Planos de Recuperação e Resiliência, mas que não se substitua ou concorra nem com a política de coesão, nem com a política agrícola comum.** Para além disso, dever-se-á completar a União Bancária – instrumento essencial para garantir melhores condições de financiamento às empresas e às famílias – e prosseguir no desenvolvimento da União dos Mercados de Capitais.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.2 Desenvolvimento Económico

Mais e melhor emprego, maiores rendimentos e maior crescimento têm garantido as contas certas e a desejada redução da dívida pública. Portugal tem de sustentar o crescimento económico per capita da última década e acelerar a convergência com a UE. Num contexto de desaceleração da economia portuguesa em 2024, contexto esse marcado pela persistência de um elevado grau de incerteza geopolítica, bem como por uma política monetária restritiva, Portugal deverá continuar o processo de convergência verificado desde 2017 e apenas transitoriamente interrompido em 2020 com a pandemia.

Para enfrentar os desafios do presente, a recuperação económica deve assentar no reforço da competitividade da nossa economia e na aceleração do investimento no nosso país. E para que tal aconteça é fundamental assegurar investimento que promova o aumento da competitividade e produtividade das nossas empresas.

Particular atenção deve ser dada às micro, pequenas e médias empresas, que são responsáveis por mais de 80% do emprego e são um pilar de crescimento da economia portuguesa.

Só assim conseguiremos crescer ainda mais, garantindo uma convergência efetiva com a União Europeia e acelerar ainda mais o aumento do rendimento e dos salários. Aumento essencial para retermos no nosso país o capital humano altamente qualificado que temos formado.





# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.2.1 Mais emprego e de melhor qualidade

Os principais desafios que Portugal enfrenta neste domínio são o da promoção do trabalho digno, o do combate à precariedade do mercado de trabalho e o da dinamização das relações coletivas de trabalho que fortaleçam o poder de negociação dos trabalhadores, em linha com a Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho, aprovada em 2023. Estas são marcas da governação do Partido Socialista.

Esses desígnios têm de ser continuados e reforçados. O aprofundamento e implementação do Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos no quadro do diálogo com os parceiros sociais é fundamental para o futuro do país, para a fixação dos jovens e para o regresso dos emigrantes.

Num contexto de abrandamento económico, mantém-se a tendência de aumento da taxa de atividade e de emprego para níveis historicamente elevados. Esta dinâmica do mercado de trabalho deve refletir-se na evolução das remunerações por trabalhador, atenuando o impacto das elevadas taxas de juro e da inflação sobre o rendimento disponível. **Alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente e com remuneração equitativa exige o desenvolvimento de políticas que estimulem a criação de empregos, especialmente em setores de crescimento, e garantam que as condições de trabalho sejam justas e seguras.**

O crescimento notável das qualificações e a melhoria da base produtiva têm de se traduzir numa progressão mais acentuada dos níveis salariais. Essa progressão passa pela evolução real e crescente do salário mínimo, a ser acordada entre o governo e os parceiros sociais numa base de legislatura. Por isso, **renovaremos os acordos de concertação social em matéria de salários e competitividade e os acordos com os sindicatos da Administração Pública relativos a remunerações.**

No que respeita ao salário mínimo existem, hoje, condições para definir um novo objetivo de legislatura. Esse objetivo deve agora ser associado à ambição de reduzir o diferencial existente face aos valores dos nossos parceiros europeus. **Temos uma nova ambição para o salário mínimo nacional: propomo-nos fixar as metas apropriadas para, em sede de concertação social, reduzir, o diferencial face ao salário mínimo praticado em Espanha, nos próximos quatro anos.**

Defendemos a inclusão no mercado de trabalho, com novos programas de formação para grupos vulneráveis, e a implementação de políticas que garantam oportunidades iguais no mercado de trabalho. Estabeleceremos mecanismos de representação dos trabalhadores nas administrações das empresas cotadas, em especial no que toca às questões salariais e da distribuição de dividendos. Criaremos, ainda, instrumentos de participação dos trabalhadores na definição das orientações em matéria de ESG (Environmental, Social, Governance).

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

Temos de apoiar substancialmente mais aqueles jovens não empregados que não estão em educação ou formação. Definiremos programas de educação e formação acessíveis e criaremos mais parcerias com empresas para oferecer oportunidades de estágio e aprendizagem. Mas importa também implementar serviços de aconselhamento vocacional nas escolas e colaborar com empresas para criar programas que preparem os jovens para as necessidades do mercado de trabalho, bem como **incentivos fiscais para empresas que contratem jovens, e apoio a programas de mentoria e estágio** para facilitar a transição dos jovens para o mercado de trabalho.

**A proteção dos direitos laborais e promoção de ambientes de trabalho seguros e protegidos** para todos os trabalhadores, exige o reforço dos mecanismos de fiscalização para garantir o cumprimento das leis laborais, e sanções rigorosas para empresas que violam os direitos dos trabalhadores. Por outro lado, implementaremos programas de formação em saúde e segurança no trabalho.

Devemos aprofundar a proteção laboral dos trabalhadores das plataformas digitais, designadamente assegurando-lhes um rendimento digno e garantindo à prestação de serviços um rendimento horário proporcional ao da Remuneração Mínima Mensal Garantida, sempre que não se verifique a presunção da laboralidade.

Importa, ainda, potenciar nas empresas o esforço que o **país fez nas qualificações, estimulando a** integração no mercado de trabalho de profissionais qualificados, designadamente nas áreas da dupla transição energética e digital. O país precisa de continuar esse trajeto de reforço das suas qualificações, apoiar a modernização tecnológica das empresas, e promover a inovação contínua, com parcerias entre empresas, instituições académicas e centros de investigação. Asseguraremos que nos projetos de investimento sujeitos a aprovação e cofinanciamento público sejam previstos níveis de remuneração dos recursos humanos com padrões adequados ao recrutamento e à fixação de quadros qualificados e, em particular, da nossa geração altamente qualificada, contribuindo para estancar a sua emigração. **Assim, criaremos o Programa Agentes da Mudança, com vista a apoiar a contratação de jovens qualificados para apoiar a transição energética e a transição digital nas empresas.**

Continuaremos a acompanhar as transformações no mundo do trabalho, designadamente com a crescente incorporação de tecnologia como a inteligência artificial nos processos produtivos, garantindo sistemas de requalificação de trabalhadores e que a transição digital é justa, não deixando ninguém para trás.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.2.2 Diversificação, sustentabilidade e internacionalização da economia portuguesa

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável apela a que as economias alcancem níveis mais elevados de produtividade através de diversificação, modernização tecnológica e inovação, no que Portugal tem apostado, reconhecendo, em simultâneo, a resiliência e estabilidade conquistadas ao longo dos últimos anos.

A economia portuguesa alcançou, em 2022, cerca de 50 % do PIB em exportações e deve continuar a reforçar a sua presença internacional, apostando na incorporação e intensidade tecnológica dos bens e serviços, na diversificação de mercados e no aumento de quotas de mercado. No seu posicionamento internacional, as empresas portuguesas devem ter um posicionamento diferenciador, assente no valor acrescentado dos respetivos bens e serviços, no emprego qualificado, na maior produtividade e em melhores salários que advêm dessa criação de riqueza. Consequentemente, devem procurar assegurar competências internas nas cadeias de produção, que tirem partido da especialização setorial e dos recursos produtivos, para reduzirem a dependência de cadeias de fornecimento externas e responderem ao desafio europeu da autonomia estratégica aberta da União Europeia. As políticas públicas devem induzir esta estratégia.

Portugal atrai hoje empresas tecnológicas, que confiam no potencial dos profissionais portugueses, em particular dos mais jovens e mais qualificados, sendo um dos países europeus que, em termos relativos, mais forma jovens nas áreas científicas e tecnológicas. Mas temos potencial para fazer mais e melhor, pelo que devemos e podemos investir mais no nosso capital humano, desenvolvendo programas de educação de alta qualidade, com foco nas áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e em competências práticas necessárias para o mercado de trabalho.

O futuro de Portugal passa por melhorar progressivamente a eficiência dos recursos globais no consumo e produção e procurar ativamente dissociar crescimento económico da degradação ambiental, através da criação de **incentivos económicos para a sustentabilidade empresarial e o desenvolvimento dos mercados de carbono para “precificar” a emissão de carbono. O Partido Socialista implementará políticas que incentivem a produção e o consumo sustentáveis.**

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

Devemos **melhorar os indicadores que avaliam o nosso ambiente de negócios, simplificando os processos burocráticos para empresas, e revendo a arquitetura de incentivos fiscais para novos investimentos e start-up's**. Por outro lado, temos de reforçar a credibilidade internacional externa e **promover o investimento estrangeiro**, garantindo um ambiente regulatório estável e previsível.

Promoveremos a reestruturação do nosso tecido produtivo, procurando assegurar ganhos de escala e a capitalização das empresas portuguesas. Muito do nosso tecido económico assente em pequenas e médias empresas (PME), muitas de base familiar, está a atingir um momento do seu ciclo de vida em que ou não tem sucessão ou não tem escala para competir num mercado global. **Criaremos, junto do Banco Português de Fomento, um programa para capitalizar, fundir e dar escala às empresas nacionais, reforçando a profissionalização da sua gestão.**

Reforçaremos a atratividade de Portugal como destino de investimento direto estrangeiro (IDE), tanto pela via de aprofundamento de investimentos dos investidores já presentes no país, como pela via da atração de novos investidores em setores e cadeias de valor complementares ao perfil de especialização produtiva nacional.

Nestes termos e em linha com outros países europeus, retomaremos **o desenvolvimento dos chamados "Pactos para a Competitividade e Internacionalização"**, que são o fórum adequado para se concretizar a referida política, indo ao encontro das necessidades, oportunidades e constrangimentos de cada setor ou fileira.



**Por Todos. Para Todos**

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

### 5.2.3 Apoio às PME: Programa MAIS PME

O tecido económico português é maioritariamente composto de pequenas e médias empresas, tornando-as, portanto, centrais, no desenho de políticas económicas que promovam a sua competitividade e produtividade e os respetivos ganhos de escala.

O PS deve, então, no imediato, intervir em três áreas críticas:

- Baixar de imediato o custo do financiamento das PME na componente em que o Estado pode intervir. Assim, propomos **assegurar custo zero nas garantias públicas emitidas para o financiamento das PME junto da banca**, o que permitirá de uma forma imediata baixar, para as PME, até 2,5 pontos percentuais o custo do financiamento, quer para investimento em equipamentos, quer para capitalização. O que pode corresponder a uma redução de um terço do custo do financiamento das PME.
- **Estabelecer, no imediato, a todos os organismos públicos, um prazo máximo de 90 dias para os reembolsos dos financiamentos dos projetos apoiados por fundos comunitários** que, futuramente, baixará para os 30 dias, aumentando desta forma de imediato a liquidez das empresas com projetos financiados.
- Paralelamente, **redirecionar para as PME uma parte dos fundos provenientes da União Europeia para apoiar os investimentos que têm de ser feitos nos fatores de produção para a sua modernização.**

O Relatório Voluntário Nacional de 2023 sobre a Agenda 2030 constatou que as PME portuguesas ainda enfrentam fortes desafios no que concerne à sustentabilidade. Assim, **é fundamental implementar a Estratégia ESG (Environmental, Social, Governance) Para PME Exportadoras**, para que estas consigam assegurar os desafios da transição climática, contribuindo para a competitividade sustentável da economia portuguesa, atento o papel central que o ocupam no tecido económico nacional.

Através das Academias do IAPMEI e da AICEP e, se necessário, envolvendo Universidades e Politécnicos, devemos **desenvolver atividades formativas que permitam reforçar as competências de gestão dos empresários de PME**, majorando a taxa de apoio a quem as frequente e conclua com êxito, no âmbito dos sistemas de incentivos ao desenvolvimento empresarial.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos





# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.2.4 Ciência e Inovação

As PME têm assumido cada vez mais expressão no investimento em I&D. No entanto, persistem obstáculos importantes à inovação. Portugal deve continuar a evoluir no reforço de agendas colaborativas com mais ciência e mais economia, para assegurar um futuro sustentável às próximas gerações e garantir alguns objetivos estratégicos, nomeadamente: contribuir para a alteração do perfil de especialização da economia portuguesa, incentivando atividades de maior valor acrescentado e intensivas de conhecimento; aumentar as exportações de bens e serviços e contribuir para a soberania tecnológica europeia, ambicionando atingir um volume de exportações de 53% do PIB até 2030; incrementar o investimento em I&D, garantindo atingir 3% do PIB até 2030; reduzir as emissões de dióxido de carbono em 55% até 2030, em linha com a neutralidade carbónica em 2050.

Neste sentido, importa reforçar o compromisso com a ciência e a inovação para garantir a qualificação ativa e efetiva da população, investigando e inovando mais.

É necessário continuar a garantir o crescimento da despesa pública e privada em I&D, aumentando de forma progressiva o investimento global até atingir 3% do PIB em 2030 (com 1/3 de despesa pública e 2/3 de despesa privada), melhorando a **previsibilidade e a regularidade do financiamento em ciência, garantindo novos instrumentos para promover a contratação de investigadores para posições permanentes e reforçando os orçamentos para os concursos dos projetos de I&D, aumentando as taxas de aceitação de projetos para níveis aceites internacionalmente, desburocratizando os procedimentos e regularizando os fluxos de pagamentos.**

Temos de reforçar a valorização do emprego científico, incluindo o regime do contrato de trabalho como regra para investigadores doutorados, garantindo o reforço das carreiras de investigação e de docência para níveis adequados à dimensão de cada instituição.

O país deve aprofundar a cooperação europeia nos quatro pilares do programa Horizonte Europa, 2021-2027, com ênfase na participação nacional no European Research Council, em projetos de investigação colaborativa, mas também nas parcerias institucionais e nas cinco missões do Horizonte Europa, no European Innovation Council e no Programa Teaming.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos





# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.2.5 Industrialização e competitividade

A reemergência de uma política nacional de industrialização evidenciou-se ao longo dos últimos anos, no debate mais alargado a nível europeu quanto a assegurar competências e atividades produtivas críticas para o posicionamento e desempenho internacional, tendo sido estrategicamente reforçada procurando responder a fenómenos disruptivos associados à pandemia e às tensões geopolíticas.

Atualmente, Portugal tem em curso um conjunto significativo de apoios públicos, repartidos tanto por instrumentos de política industrial em contínuo (composto por sistemas de incentivos à I&D, à inovação produtiva, à internacionalização, à capitalização, bem como de incentivos fiscais), como por ações transformativas, de caráter mais estrutural, fundamentalmente associadas às Agendas Mobilizadoras do PRR (compostas por 53 consórcios com vista a promover a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial nacional, tirando partido das qualificações e da fertilização cruzada entre setores de atividade).

**É fundamental manter o desígnio transformador da indústria portuguesa, reforçando a ligação da indústria aos objetivos da transição digital e transição climática, pugnando por uma indústria verde, inovadora e de elevado valor acrescentado.**

A política industrial do próximo Governo deve ser concreta e integradora, capaz de promover e fomentar o desenvolvimento dos setores ou fileiras onde o nosso país tem revelado capacidades competitivas, orientadas para o mercado global, sem deixar de explorar e aproveitar oportunidades que possam surgir, em particular decorrentes das transições climática e digital e do contexto geopolítico que atravessamos.

Esta política deverá ser norteadá pelo reforço da competitividade, através da promoção da inovação e na criação de valor acrescentado, impulsionando a inserção e a ascensão das empresas portuguesas em cadeias de valor internacionais. Para isso, é necessário, por um lado, apostar na valorização dos fatores de produção já existentes e contribuir de uma forma ativa para a capacitação e transformação da capacidade do nosso tecido industrial, apostando em I&D.

Esta política assentará no incentivo ao investimento, na internacionalização, na capitalização das empresas, na aproximação do conhecimento científico e tecnológico da indústria, na adoção de tecnologias digitais nos processos produtivos e nos modelos organizacionais e na criação de condições propícias a dinâmicas de empreendedorismo e ganhos de escala das empresas.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.2.6 Desenvolver a Economia Azul Sustentável

#### 5.2.6.1 Economia Azul

Portugal é um país arquipelágico com uma relação profunda com o Atlântico. A Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 tem como ambição promover um oceano saudável para potenciar o desenvolvimento de uma economia azul sustentável, o bem-estar dos portugueses e continuar a afirmar Portugal como líder da governação do oceano, sustentada no conhecimento e investigação científica.

Hoje, os oceanos têm uma importância e um impacto relevantes nas alterações climáticas, na autonomia alimentar, nos sistemas de transporte, na soberania energética, no emprego qualificado, no turismo sustentável, na segurança marítima e em muitas atividades das comunidades costeiras, tendo a ciência e a inovação um papel fundamental no contributo e na formulação das políticas públicas para o mar.

Portugal deve assumir e consolidar um posicionamento geoestratégico que baseado na sua cultura e conhecimento marítimo e influenciando todas as políticas públicas marítimas da União Europeia e a nível internacional para os oceanos.

Para concretizar estes objetivos, o **pugnaremos pela concretização, divulgação e implementação da Estratégia Nacional para o Mar 2030**, envolvendo todos os poderes públicos, academia, comunidade científica, empresas, associações e organizações não governamentais.

Bem assim, promoveremos o aprofundamento das relações e da cooperação de Portugal com outros Estados, União Europeia, Organizações Internacionais e Comunidade de Países de Língua Portuguesa, participando ativamente em processos conjuntos que garantam a soberania nacional e a segurança marítima nas áreas de interesse nacional e internacional, nomeadamente na concretização da extensão da plataforma continental portuguesa.

Defenderemos o **estímulo ao relacionamento das universidades e dos centros de investigação, com a indústria para reforçar os clusters empresariais e tecnológicos existentes e identificar novas oportunidades na economia azul**, bem como promoveremos o **desenvolvimento de um conjunto de infraestruturas tecnológicas associadas ao Hub Azul e zonas livres tecnológicas**, aproveitando também as condições específicas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira para acolher a realização de testes e ensaios de tecnologias das energias renováveis e oceânicas.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

**Apoiaremos a constituição em Portugal de um Centro Internacional de Biotecnologia Azul**, que permita o desenvolvimento de uma nova fileira industrial de novos produtos alimentares do mar, de bioprodutos e de bioprocessos marinhos e a continuação da aposta nas energias renováveis oceânicas, apoiando projetos de inovação oceânica, contribuindo para a transição energética e desenvolvendo uma nova fileira industrial nos setores associados às novas tecnologias offshore flutuantes.

Defenderemos a prossecução da **classificação das Áreas Marinhas Protegidas** no mar português e definiremos os seus planos de gestão, com o objetivo de alcançar 30% do espaço marítimo nacional até 2026.

Continuaremos a defender a promoção da **descarbonização do transporte marítimo e dos portos nacionais**, incorporando tecnologias inovadoras e a adoção de novos combustíveis seguros e menos poluentes, apoiando os estaleiros navais portugueses em novas áreas de inovação industrial e de especialização na reconversão de navios mais eficientes.

Em linha com a tradição do PS em matéria de modernização administrativa, continuaremos a melhoria da acessibilidade e desmaterialização de procedimentos no acesso às atividades marítimas, desenvolvendo novas valências do Balcão Eletrónico do Mar e Sistema Nacional de Embarcações e Marítimos.

Implementaremos um programa de modernização e ampliação de marinas e de portos de recreio nacionais, aumentando os pontos de amarração e o desenvolvimento de serviços especializados de apoio, aproveitando o excelente posicionamento de Portugal na rota internacional de veleiros e iates e dinamizando as novas gerações através de programas vocacionados para a prática do desporto e das atividades náuticas, através do envolvimento dos Centros de Formação Desportiva Náuticos, uma prioridade centrada na ligação formativa dos jovens ao mar e ao património marítimo.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.2.6 Desenvolver a Economia Azul Sustentável

#### 5.2.6.2 Pescas



O setor da pesca representa uma atividade económica de grande relevo para as comunidades costeiras. Encontra-se maioritariamente suportado na pequena pesca artesanal e no saber adquirido ao longo de muitas gerações. O setor tem uma representação geográfica ao longo de toda a costa portuguesa facto que atesta a importância socioeconómica desta atividade para o país.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

Os desafios atuais que o setor enfrenta incluem a necessidade de financiamento para a modernização das embarcações através da sua adaptação à transição energética e à melhoria das condições de segurança a bordo para a prática da atividade da pesca. Não sendo despiciente considerar que este setor está fortemente impactado pelos efeitos das alterações climáticas e pelo aumento dos episódios meteorológicos extremos.

Neste contexto, é fundamental **garantir a execução do Programa do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA)**, no quadro do Portugal 2030, enquanto instrumento de financiamento.

Propomo-nos melhorar as condições de exercício da pesca e das comunidades piscatórias através do estabelecimento de parcerias com universidades, e da criação de processos de gestão participados, criando condições para melhorar a competitividade do setor, simplificar procedimentos, valorizar o pescado e aumentar o valor acrescentado e a competitividade do setor.

Defendemos assegurar a criação de emprego e coesão social, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos pescadores e do incremento da rentabilidade da pesca, além de potenciar a operacionalização e a atratividade do setor com ações de formação dirigidas à captação e capacitação de novos quadros e trabalhadores.

O PS pugnará por implementar um **programa de incentivos à transição energética das embarcações de pesca para combustíveis mais sustentáveis**, quer através da requalificação da frota atual, quer através da aquisição de novas embarcações mais eficientes. Pretendemos **implementar o conceito de porto de pesca sustentável**, com recurso a fontes de energia renováveis e edifícios mais eficientes.

**Promoveremos o desenvolvimento da pesca de baixo impacto no ambiente** através da economia circular e da redução da poluição, incluindo a conceção e utilização de artes de pesca menos lesivas e a recolha a bordo de lixo marinho, bem como assegurar a implementação das medidas adequadas à exploração sustentável dos recursos haliêuticos e contribuir para o desenvolvimento da pesca responsável, através de capturas que permitam repor os stock's em níveis sustentáveis.

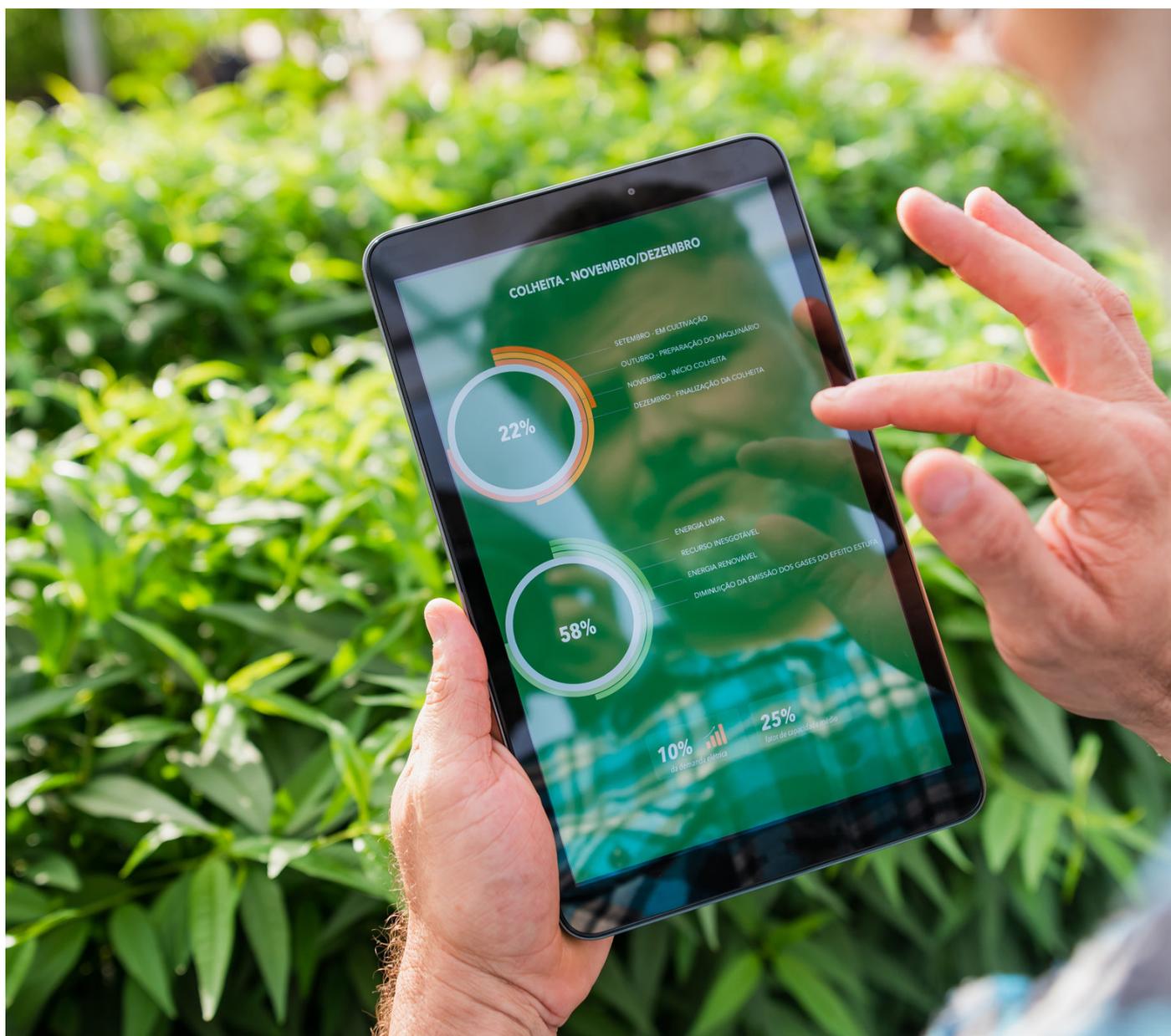
Sustentamos a necessidade de prosseguir os programas de implementação das melhores práticas internacionais de qualidade e segurança alimentar nas lotas, a reabilitação e modernização das infraestruturas e equipamentos dos portos de pesca e lotas.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.2.7 Agricultura, ruralidade e florestas sustentáveis

#### 5.2.7.1 Agricultura e ruralidade



A agricultura portuguesa deve continuar a evoluir para um modelo que responda aos desafios globais como a emergência climática, a erradicação da fome e da pobreza e a promoção de uma nutrição rica e diversificada, enquanto contribui para criação de emprego e de bem-estar social e para o equilíbrio, coesão e desenvolvimento do País, que se quer igualmente mais competitivo.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

Assim, em diálogo e concertação com as organizações do sector, associativas e cooperativas, dever-se-á apostar na sua transição para um modelo mais sustentável, ou seja, na descarbonização da agricultura e no sequestro de carbono, no caminho para a neutralidade, na eficiência energética, no melhor uso da água, e na melhor gestão e conservação do solo. Por outro lado, essa transição deve apoiar e apoiar-se na transformação estrutural e na mudança do perfil de especialização da economia. Tal traduz-se na maior intensidade tecnológica, na utilização de métodos de gestão inovadores, o que apenas é possível pelo reforço da capacitação dos nossos agricultores e do nosso tecido empresarial.

Com efeito, importa continuar o esforço de atratividade da agricultura e do mundo rural, designadamente através da **implementação das medidas previstas no Plano Estratégico da Política Agrícola Comum**, mas também da promoção de novas formas de relacionamento das empresas agrícolas, a montante, com fornecedores e utilizadores dos bens e serviços, e a jusante, com os canais de distribuição, cada vez mais concentrados e com maior poder de mercado, e com os consumidores, com vista à recuperação do rendimento da atividade agrícola e ao equilíbrio da cadeia de valor agroalimentar.

Importa continuar a desenvolver políticas públicas que visem, com maiores incentivos para os territórios de baixa densidade, **melhorar o tecido empresarial agrícola, fomentando uma maior intensidade tecnológica ("agricultura 4.0")**, a conectividade entre os territórios, a promoção de start-up's agrícolas, a capacitação empresarial, incluindo no comércio digital, e a promoção de novas oportunidades de negócios que privilegiem as cadeias curtas e o modo de produção biológico, sem descurar o fortalecimento das empresas já estabelecidas nos territórios.

Para tanto, continuaremos a **aposta na capacitação do setor agrícola**, privilegiando a estrutura já consolidada e reforçando, noutras regiões, com centros tecnológicos de inovação, a que acresce a construção de uma rede de escolas de ensino profissional, envolvendo os agentes económicos e a rede de polos de inovação coordenada pela área governativa da Agricultura. Neste contexto, a formação ao longo da vida é também essencial. Importa, ainda, promover o empreendedorismo de base rural, através da colocação à disposição de meios e de técnicas de gestão e organização empresarial.

No que concerne os circuitos curtos de comercialização, importará **dinamizar as plataformas logísticas de dimensão intermunicipal e municipal** que permitam às empresas beneficiar de economias de escala e diminuir a pegada ecológica. Ainda com vista à diminuição de custos, sublinhe-se a maior articulação entre regiões e nas regiões, incluindo no que diz respeito à administração pública. A lógica de one-stop shop's e uma maior desmaterialização de procedimentos poderão contribuir para continuar a aproximar a administração dos agricultores.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

Quanto à promoção externa, deve ser **reforçada a promoção coletiva em mercados prioritários nas fileiras com vocação exportadora**, com o Estado a assumir custos que as empresas de micro e média dimensão têm dificuldades em comportar. Ainda no que diz respeito à gestão do risco, deve ser **promovida a contratação do seguro de colheitas no âmbito do sistema integrado de proteção contra a incerteza dos fenómenos climáticos**, num contexto de maior prevalência e de maior magnitude, e criados veículos financeiros que possam ser voluntariamente contratados por conjuntos de agricultores com interesses comuns a nível setorial ou regional.

Na promoção da atratividade do mundo rural e da agricultura, importa **continuar a aumentar os apoios à pequena e média agricultura** e ao rejuvenescimento do setor, com a implementação das medidas previstas no Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, nomeadamente no apoio redistributivo, assegurando, também, a **plena implementação das medidas de discriminação positiva previstas no Estatuto da Agricultura Familiar**.

**Do ponto de vista institucional, consideramos fundamental reorganizar e reforçar esta área governativa, interligando melhor os setores da agricultura, das florestas e do desenvolvimento rural à gestão do desenvolvimento regional, como modo de melhor assegurar a eficácia das respostas públicas e a integração da gestão territorial.**

A Transição ecológica da agricultura portuguesa passará pela **promoção de uma agricultura e territórios rurais mais resilientes**. Neste âmbito, deve igualmente ser fomentado o uso mais eficiente da água, reduzindo o seu desperdício, o que passa por uma gestão de rega mais eficiente, prosseguindo a implementação do Programa Nacional de Regadios, o aumento da capacidade de retenção de água e a implementação de programas de reutilização de águas residuais urbanas, de forma segura, na rega de espaços verdes urbanos e culturas agrícolas. **A eficiência hídrica na agricultura é uma das mais elevadas prioridades** no presente, atento o elevado consumo de água na agricultura nacional.

A descarbonização da agricultura, por outro lado, deve ser prosseguida pelo apoio ao aumento da eficiência energética, da integração de energias renováveis no edificado agrícola e nos sistemas de aquecimento, pela exploração de soluções de geração de biocombustíveis com base em resíduos e de reciclagem de nutrientes, mas também através da valorização económica de ativos biológicos e da remuneração de serviços de ecossistemas num cenário de criação de territórios neutros em carbono. Por último, urge continuar a adotar medidas de gestão e conservação do solo que melhorem o teor de matéria orgânica e reduzam o risco de desertificação.



**Por Todos. Para Todos**

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---



# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.2.7.2 Valorizar os recursos florestais

As florestas cobrem uma extensão superior a três milhões de hectares. São evidentes os seus contributos ambientais para a biodiversidade, a adaptação e mitigação das alterações climáticas e para a promoção de uma paisagem mais resiliente à adversidade climática.

O setor florestal tem um peso relevante na economia portuguesa. Em 2002, o saldo da balança comercial dos produtos de origem florestal atingiu um novo máximo de 3,3 mil milhões de euros. O peso das exportações de materiais e produtos industriais de origem florestal no total de exportações aumentou, de 8,9% em 2021 para 9,1% em 2022. Portugal é dos países do mundo em que o Estado possui menos áreas florestais, constituindo estas apenas cerca de 3% face aos 97% de áreas privadas e baldios. A propriedade rústica em Portugal é representada por mais de 400 mil proprietários e 11 milhões de prédios rústicos, num contexto de 3,5 milhões de heranças indivisas.

Os fenómenos de seca e as ondas de calor começam a ser mais frequentes, num contexto de agravamento das alterações climáticas, potenciando incêndios rurais. É por isso essencial prosseguir e acelerar a Reforma da Floresta, de forma **promover a resiliência das florestas, a gestão florestal ativa e sustentável, realizada à escala da paisagem, assente na inovação e na profissionalização e qualificação dos recursos humanos.**

**Defendemos aumentar o investimento e o rendimento florestal;** manter a trajetória positiva de redução estrutural do risco de incêndio rural; reforçar a gestão florestal ativa no território; e aumentar a investigação aplicada, a formação e o conhecimento técnico.



**Por Todos. Para Todos**

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---



# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.2.8 Turismo, comércio e serviços

O setor do turismo tem uma impressão digital forte no crescimento económico do país. O turismo, setor estratégico da economia portuguesa, ultrapassou os valores de atividade alcançados em 2019, provando que a localização geográfica de Portugal continua a ser particularmente vantajosa, e atestando a resiliência e potencialidade do nosso tecido económico, bem como a capacidade das nossas políticas migratórias reforçarem a nossa economia, contrariem o impacto do envelhecimento populacional, e apoiar a sustentabilidade do Estado Social. Esse percurso tem de continuar.

Para promover um turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais, **defendemos o desenvolvimento de infraestrutura turística e de acomodações sustentáveis, mas também a ênfase na cultura local** com parcerias entre o setor e as autarquias e sociedade civil. Um turismo de interligação com o ambiente, com o ordenamento do território e com o desenvolvimento urbano. Neste contexto, o apoio público ao setor turístico deve contemplar cada vez mais o cumprimento pelas empresas do compromisso ESG (Environmental, Social, Governance).

A **qualificação e dignificação dos recursos humanos no setor do turismo** tem de continuar a ser um objetivo nacional, acompanhado por uma crescente melhoria das condições salariais dos seus ativos.

A continuação do interesse por Portugal, far-se-á pelo continuado apoio à promoção acompanhado por uma competitiva política de acessibilidades onde a centralidade do aeroporto de Lisboa e a manutenção do controlo estratégico da TAP são fundamentais.

Devemos continuar a promover a modernização e a competitividade do comércio e dos serviços, designadamente promovendo a Inovação, a Digitalização e a Sustentabilidade do Comércio e dos Serviços, a requalificação e modernização do comércio de proximidade, o aumento do conhecimento no comércio e serviços, o reforço das qualificações no comércio e serviços e promovendo o comércio e os serviços, em linha com a «Agenda + Comércio 2030».



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.2.9 Infraestruturas e comunicações

Portugal precisa de uma aposta continuada na sua rede ferroviária e na qualidade do serviço, seja para passageiros, seja para mercadorias, interna e internacionalmente. A ferrovia é o meio de transporte que propicia maior sustentabilidade ambiental.

É fundamental para o nosso desenvolvimento que Portugal disponha de uma rede ferroviária que responda às necessidades de acessibilidade, mobilidade e coesão do território e que garanta os transportes internacionais de forma eficiente.

O Plano Ferroviário Nacional (PFN) é o instrumento de planeamento que irá definir a rede ferroviária até 2050 garantindo. As políticas respetivas devem ser consequentes com o mesmo. Os investimentos na ferrovia são morosos e não se compadecem com descontinuidades estratégicas. O Plano Ferroviário Nacional lançado pelo Governo do Partido Socialista mantém-se, por isso, atual no essencial. **Os objetivos de levar a ferrovia a todas as capitais de distrito e aos principais centros urbanos, a redução do tempo de viagem entre Lisboa e Porto ou entre Vigo e o Algarve, as ligações transfronteiriças ibéricas e a integração na rede transeuropeia, mantêm-se plenamente atuais.**

A Integração do modo ferroviário nas principais cadeias logísticas nacionais e internacionais, designadamente com os portos e o novo aeroporto de Lisboa são essenciais para a competitividade da nossa indústria exportadora.

No que diz respeito ao transporte ferroviário de passageiros, **daremos especial ênfase à Linha de Alta Velocidade entre Lisboa e o Porto, a melhoria da oferta de serviço nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e da oferta ferroviária interurbana. O acesso ao Algarve e a interconexão direta com o novo aeroporto são vertentes igualmente estratégicas. A interoperabilidade e conexões do serviço de passageiros com Espanha, no quadro da RTE-T (Rede Transeuropeia de Transportes) é essencial.**

**Nas mercadorias, é fundamental, por um lado, reforçar a conectividade com os portos e centros logísticos e, por outro, garantir a conectividade e a interoperabilidade com Espanha.** Também aqui o quadro europeu das redes transeuropeias é decisivo, designadamente para desbloquear a operação nos Pirinéus, condicionante da nossa competitividade.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos





# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

**O reforço da nossa capacidade aeroportuária é fundamental para a economia nacional e regional,** tendo em conta a nossa posição geográfica e a importância do turismo. Esse reforço deve fazer-se tendo em conta as melhores práticas ambientais e pró-descarbonização, seja no tipo e localização dos aeroportos, seja na operação aérea. As alterações climáticas exigem que em todas as dimensões do transporte aéreo, esse fator seja considerado e condicione as políticas.

A localização do novo aeroporto de Lisboa é a decisão central deste setor. A nossa moção defende que deve ser respeitada a metodologia que está acordada com o principal partido da oposição. O país não pode hesitar e adiar de novo esta decisão. Em função dos relatórios produzidos pela Comissão Técnica Independente, o governo decidirá e deve fazê-lo rapidamente.

A política aeroportuária não é, porém, apenas condicionada pelo novo aeroporto de Lisboa. Importa exigir da concessionária dos aeroportos nacionais (a ANA) os investimentos a que está obrigada no atual aeroporto Humberto Delgado e aqueles que são necessários na Madeira e nas ilhas dos Açores.

Importa, igualmente, criar condições para uma maior eficiência regulatória e operacional da ANAC e da NAV e garantir uma articulação com a Força Aérea que otimize a disponibilidade do espaço de terra/ar para a aviação civil, sem prejuízo do cabal cumprimento das missões militares.

A modernização da rede de aeródromos e a capilaridade de uma rede de heliportos hospitalares são componentes que complementam, respetivamente, alternativas específicas ou circunstanciais à aviação comercial e a prestação de cuidados médicos de urgência.

Cumpre-nos desfazer o mito mediático de que a TAP é um sorvedouro de dinheiro público. Na verdade, durante vinte anos, o orçamento de Estado não transferiu um cêntimo para a TAP. Foi apenas no contexto da pandemia e quando toda a aviação mundial estava paralisada que foi necessário injetar capital público na TAP, a exemplo do que aconteceu em muitas outras companhias aéreas. Terminada a pandemia, a TAP regressou aos lucros, cumprindo e antecipando o plano de reestruturação imposto pela Comissão Europeia. Temos agora uma empresa bem gerida e a dar lucros. O capital investido está a ter retorno, direto e indireto, pelos muitos milhões que aporta à economia nacional através dos seus fornecedores e dos impostos que paga.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

**A associação da TAP a um grupo internacional de aviação que crie complementaridades, num quadro de privatização, é importante. Devem ser, contudo, preservadas as necessidades estratégicas do país relativas ao transporte aéreo. Desde logo, a manutenção do hub em Lisboa, mas também a continuidade territorial com as regiões autónomas, o serviço das principais comunidades portuguesas no estrangeiro e outras linhas estratégicas.**

Apesar das guerras na Europa e no médio oriente, a tendência estrutural no comércio marítimo, depois delas, é para um aumento muito significativo, impulsionado pela emergência de desenvolvimento dos BRICKTIM (Brasil, Rússia, Índia, China, Coreia do Sul, Turquia, Indonésia e México). Vamos ter mais mercados relevantes, mais comércio em valores absolutos, maiores navios, menos operadores mundiais, descarbonização da operação marítima e automação gradual.

Os portos portugueses têm de saber dar resposta a estes desafios. Sendo certo que têm características muito diferentes – só Sines tem condições de transshipment, Leixões e Aveiro são portos de direct shipment que servem os seus hinterlands, Figueira, Setúbal e Viana servem clientes estratégicos para o País – todos eles, porém, têm de se adaptar aos novos desafios estratégicos.

Em primeiro lugar, **prosseguir a melhoria da acessibilidade marítima para navios de maiores dimensões, intervindo nas barras e nos cais, garantindo a interoperabilidade e a intermodalidade com a ferrovia e a rodovia.**

Em segundo lugar, **desenvolvendo as respetivas zonas logísticas como interface qualificado para acolher indústrias exportadoras estratégicas**, designadamente energéticas e de dados, articulando com os postos de amarração dos cabos submarinos, com o que é o caso de Sines.

Em terceiro lugar, prosseguir a transição digital e aumentar a eficiência e produtividade. **A digitalização da operação portuária, através das redes de alta velocidade deve ser aprofundada**, substituindo os trabalhos penosos, perigosos e repetitivos por automação apoiada em Inteligência Artificial, de modo a reduzir os custos operacionais e reforçar a nossa competitividade.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

Em quarto lugar, **intensificar o Greenshipping, a descarbonização e a sustentabilidade ambiental do setor**, reduzindo as emissões de CO2, quer a montante nos próprios navios e respetivos meios de propulsão e combustível, quer com redes elétricas em terra para conectar os navios de cruzeiro, ou com fiscalização preventiva de descargas ilegais em alto mar.

Enfim, a simplificação e desmaterialização dos processos: novos enquadramentos legais já estão em curso, como a JUL- Janela Única Logística, o Balcão Único do Mar ou os regimes dos portos secos, e são para aprofundar.

**A conectividade de todo o território nacional através de redes de alta capacidade, fixas ou móveis, é fundamental**, não apenas para a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, cuja vida está cada vez mais digitalizada, mas, também para o desenvolvimento e competitividade das empresas e agentes económicos. Importa, por isso, reduzir as assimetrias regionais garantindo em todo o território nacional, em especial nos territórios de baixa densidade conectividade de qualidade, em banda larga e a preço acessível. Esse investimento, associado ao desenvolvimento das acessibilidades e das políticas de habitação, constitui uma linha de ação fundamental para transformar a base demográfica do País, fixar e atrair populações e empresas e deslocalizar serviços, reduzindo a pressão sobre os grandes centros urbanos e promovendo a qualidade de vida em todo o território.

A iniciativa privada não é suficiente para, só por si, colmatar as falhas de cobertura, quer no continente, quer nas ilhas. Por isso, a Comissão Europeia aprovou as «Orientações para a Digitalização até 2030: a via europeia para a Década Digital», de 9 de março de 2021, tendo como objetivo a cobertura, até 2030, de todos os agregados familiares europeus por uma rede Gigabit e de todas as áreas povoadas por 5G.

Por essa razão, igualmente, a Comissão europeia aprova o financiamento público das redes nas chamadas “zonas brancas”, fundamental para a valorização dos territórios de baixa densidade, como meio de garantir o apoio a populações mais isoladas e a pessoas mais vulneráveis, e novas formas de prestação de serviços públicos, designadamente nas áreas de proteção civil, saúde, assistência social e educação.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

O Governo aprovou recentemente o concurso público para a instalação dessas redes e esse objetivo deve prosseguir. Apesar dos investimentos privados em rede de fibra e das obrigações decorrentes do concurso para as redes de 5G, subsistirão zonas não cobertas com alta capacidade. A disponibilização de um débito mínimo de 1Gbps a todos os agregados familiares, em alinhamento com as metas da Comissão Europeia e obrigações de transparência e não discriminação nos operadores de redes exclusivamente grossistas, bem como a neutralidade tecnológica, são objetivos a concretizar.

A salvaguarda da concorrência e a melhoria da qualidade do serviço e da acessibilidade de preços, deve ser objeto de avaliação regulatória permanente. A oferta de uma tarifa social de internet, considerada como serviço essencial, deverá ser reavaliada, por forma a abranger um universo mais significativo de agregados familiares de baixos rendimentos e a combater a infoexclusão.

A conectividade entre o Continente e as Regiões Autónomas e destas entre si é feita através de cabos submarinos. O concurso público para os novos cabos, de nova geração, com muito maior capacidade e novas funcionalidades agregadas (ambientais, sismológicas, militares) deve ser concluído com urgência.

**A aposta no reforço de Portugal como centro privilegiado de amarração de cabos internacionais deve ser continuada**, dada a atratividade de competências qualificadas que gera, para além dos investimentos e da importância estratégica mundial.

O serviço postal está concessionado aos CTT que são, igualmente, prestadores do serviço universal. O Estado deve monitorizar o cumprimento das obrigações daí decorrentes, por forma a ter em conta, por um lado, a progressiva digitalização das comunicações postais, mas, por outro, a necessidade de assegurar um serviço postal tradicional, com uma rede de postos e estações de serviço com densidade e qualidade de serviço capaz de dar resposta ao direito de todas as pessoas – designadamente as que, por razões geracionais, já não transitam para as comunicações eletrónicas – ao serviço postal. **A transição digital não pode descuar o direito de todos os cidadãos ao serviço postal.**

Num contexto de ameaça crescente de promoção da desinformação nas redes, agravada pela exclusão ou pela manipulação digital, elaboraremos e concretizaremos um **programa nacional de promoção da literacia digital**, envolvendo a escola, as empresas, as associações e as instituições num grande desígnio nacional de preparação do País para os desafios do século XXI.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.2.10 Valorização e resiliência do território

O PS deve continuar a ser o partido campeão da coesão territorial, promovendo o desenvolvimento dos territórios do interior e o combate à desertificação.

O aumento do contributo da governação dos territórios e das suas populações para as respetivas estratégias de desenvolvimento é decisivo para a coesão territorial, mas igualmente para o desenvolvimento económico do país. Com efeito, o chamado “interior” não é um território homogéneo ao qual se possa, por igual, aplicar o mesmo pacote de políticas. A valorização do território implica a possibilidade de “customizar” as respostas. Por isso, para além da continuidade do processo de descentralização de competências para as autarquias locais e da concretização do processo de desconcentração dos serviços periféricos da administração direta e indireta do Estado para as CCDR, o PS deve relançar o debate sobre a governação territorial, designadamente sobre a regionalização. **O PS deve suscitar e liderar um amplo debate nacional, com vista a uma pronúncia quanto à convocação de um novo referendo nacional sobre a regionalização, ao respetivo modelo territorial e à natureza das atribuições a conferir às regiões administrativas em caso de criação.**

**Instituiremos os contratos de desenvolvimento territorial**, com vista a ultrapassar as vulnerabilidades dos territórios e valorizar os seus recursos endógenos. Na sequência de um diagnóstico reestruturado das vulnerabilidades e potencialidades dos territórios, os contratos de desenvolvimento dirigiriam as políticas e o respetivo financiamento para as necessidades concretas de cada território.

Na governação, o PS deve decisivamente avançar para a **reforma da propriedade rústica**, de forma a incentivar o redimensionamento e a concentração da propriedade rústica, potenciando a sua utilização, aproveitamento e o investimento, com respeito pela preservação dos valores ambientais e de conservação da natureza. Esta abrangerá regimes que vão para além da estruturação fundiária da propriedade e incluirá a dimensão sucessória, processual civil e de direitos reais, bem como regimes fiscais sobre imóveis, entre outros regimes.

No plano da resiliência do território, deve lembrar-se que um dos riscos mais prementes para a nossa segurança são as alterações climáticas. Promoveremos uma abordagem integrada da gestão da água, da produção descentralizada de energias renováveis e do acesso à internet, como alicerce para um desenvolvimento territorial de nova geração.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

É fundamental prosseguir na trajetória de prevenção e combate rápido, eficaz e organizado de incêndios florestais. Nestes domínios, há muito que a fragmentação da propriedade rústica foi identificada como um forte constrangimento à gestão ativa dos territórios, para a sua resiliência, resistência e para a prevenção dos riscos territoriais mais significativos, desde logo, o risco de incêndio florestal.

O PS sempre cuidou da importância da promoção das economias locais e regionais. Neste domínio, devemos defender a revisão das Diretivas europeias de contratação pública no sentido de estas admitirem a utilização dos mercados públicos para a promoção das economias locais e regionais, bem como o **reforço dos benefícios fiscais para as empresas que se instalem no interior, em especial no tocante a empresas de base tecnológica.**

Ainda neste âmbito, **defendemos a criação de um forte programa de incentivo público à fixação de jovens empreendedores qualificados nos territórios do interior.** Com efeito, a integração de jovens qualificados em fileiras industriais ou do agroalimentar que pretendam empreender no interior, fixando-se nesses territórios e contribuindo para o seu desenvolvimento económico e para a modernização dos respetivos setores produtivos, devem ser fortemente apoiados. Em especial, devem ser apoiados os projetos que interliguem a produção e a transformação, permitindo integrar melhor a cadeia de valor dos produtos.

Promoveremos uma abordagem integrada do desenvolvimento do território, valorizando a criação de células de massa crítica, com base nos polos de conhecimento, de inovação, das empresas, dos hospitais ou doutros centros especializados, cuja multiplicação pelo território gera a transformação do seu perfil e combate a erosão de meios e de recursos capazes de absorver e concretizar as políticas.

No âmbito da política de cidades, promoveremos **a simplificação e clarificação do quadro legal que enquadra o ordenamento do território**, bem como o lançamento de uma **nova geração de políticas de reabilitação urbana**, centradas na manutenção das populações residentes e do comércio local, no reforço da resiliência sísmica, na melhoria das acessibilidades aos edifícios habitacionais para pessoas com mobilidade reduzida, na melhoria do conforto térmico e acústico, e no combate à pobreza energética. Criaremos um **programa de adaptação do território às alterações climáticas**, que adapte infraestruturas críticas e áreas urbanas face aos cenários climáticos, e que comporte o apoio à relocalização de atividades económicas e populações em situação de maior risco.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.2.11 Setor financeiro e financiamento da economia

O desenvolvimento económico assenta ainda na capacidade de as instituições financeiras nacionais incentivarem a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos, com novas políticas para promover a inclusão financeira, especialmente em áreas rurais, e o maior acesso a serviços bancários e de seguro para grupos vulneráveis.

Portugal precisa de reforçar o acesso a meios de financiamento em condições internacionalmente competitivas, incluindo por via dos fundos europeus, linhas de financiamento internacional (como o BEI) e a poupança nacional.

**Propomos a definição de um plano de avisos de concursos estável e regular dos sistemas de incentivos (PT2030), numa base plurianual, a criação, no âmbito do Banco Português de Fomento, de linhas de crédito de apoio à tesouraria contra encomendas firmes e o desenvolvimento de Produtos de Cobertura de Risco à Exportação, através da operacionalização de uma Agência de Crédito à Exportação,** já prevista na missão do Banco Português de Fomento.

**Defendemos ainda uma regulação financeira responsável, com regulamentações que protejam os consumidores e garantam práticas financeiras éticas, e que promovam a inovação financeira responsável.** Em Portugal, o sistema financeiro apresenta um modelo de regulação e supervisão setorial, com o Banco de Portugal responsável pelo sector bancário, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pelo mercado de capitais, e, por fim, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para o setor dos seguros e de fundos de pensões. Sem prejuízo deste modelo tripartido, fruto de uma aposta na continuidade do modelo institucional, desde 2000, cabe ao Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) estabelecer a coordenação entre aquelas entidades setoriais, como forma de dar resposta a uma crescente integração e interdependência dos sectores em causa, opção que procura também garantir ganhos de eficiência pela sinergia dos esforços das três entidades. É necessário garantir o reforço da cooperação institucional entre os reguladores financeiros, com vista a garantir a eficácia do sistema.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.3 Coesão Social

#### 5.3.1 Combate à pobreza





# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

A pobreza e as desigualdades sociais constituem fenómenos intoleráveis em qualquer democracia evoluída. O PS pode orgulhar-se de estar na linha da frente na defesa e ampliação dos direitos sociais no nosso país, contribuindo com a adoção e implementação de instrumentos de política pública destinados a fortalecer o Estado Social em Portugal. A solidariedade como princípio estruturante da ação política faz parte do ADN do PS e materializou-se em medidas concretas que são hoje um património incontornável, de que são exemplo maior o RSI, o CSI, o complemento da PSI ou a Garantia para a Infância.

**A prioridade do Partido Socialista no combate à pobreza deve centrar-se na quebra dos ciclos de pobreza e na erradicação da pobreza infantil, promovendo a igualdade de oportunidades desde a infância.**

O PS deve pugnar por diminuir o número de trabalhadores pobres, através da valorização dos salários, a dinamização da economia e o combate à precariedade laboral, dignificando o trabalho.

Por a pobreza ser um fenómeno complexo e multidimensional, o respetivo combate deve continuar a ser uma das prioridades do próximo Governo, com o compromisso de **levar por diante o Plano de Ação 2022/2025 da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza** que envolve todas as áreas da economia e da sociedade. A articulação das políticas centrais com as dinâmicas locais e as autarquias, aproximam as respostas de quem mais delas necessita, capitalizando o conhecimento do território e das pessoas e famílias envolvidas nos processos de transformação de vidas. A solidariedade e o apoio a quem mais necessita, tem de ser um processo imediato, centrado no indivíduo e na proximidade com o território. **Neste como em todos os outros domínios da proteção social, a colaboração entre o Estado e as instituições particulares de solidariedade social torna as políticas públicas mais eficazes e os serviços mais acessíveis às pessoas e famílias.**

Ainda ao nível da solidariedade não podemos desaproveitar o conhecimento que foi adquirido com a criação dos apoios imediatos durante a pandemia e o investimento em curso na transformação digital da área da segurança social, bem como temos de garantir a proatividade na atribuição de apoios/subsídios a quem mais deles necessita e que a eles tem direito. Do mesmo modo, a atribuição de prestações sociais imediatas evita burocracias desnecessárias e aproxima o Estado Social dos Cidadãos, promovendo a igualdade de oportunidades.

Asseguraremos a continuação das tarifas sociais para a eletricidade e para o acesso à internet, que têm de se constituir cada vez mais como direitos de acesso universal, promotores de dignidade e de igualdade de oportunidades.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.3.2 Promover a sustentabilidade da segurança social

Outra marca da governação do Partido Socialista tem sido a preocupação constante com o reforço da sustentabilidade da segurança social, património de uma sociedade assente no princípio da solidariedade intergeracional, que garante a segurança no presente e a confiança no futuro.

**Com o PS foram criadas fontes alternativas de financiamento do sistema, além das contribuições por via do trabalho. É um caminho para continuar.** Também com a aposta no aumento do emprego e na valorização dos salários, conseguimos recuperar um património de confiança no sistema público de segurança social, que é um pilar central do nosso modelo social. O desenvolvimento dos regimes complementares e do regime público de capitalização permitem gerar maior poupança individual e aumentar o nível de conforto no futuro. Temos um sistema sólido, robusto, confiável que queremos não só preservar como fortalecer e ampliar.

Queremos que o nosso país continue a ser um destino de eleição, não só para descanso, mas também para quem cá quer trabalhar e constituir família. Esta integração plena na nossa sociedade é motivo não só de desenvolvimento civilizacional, mas de crescimento económico. Mais pessoas a trabalhar, a descontar para a segurança social, não só as protege nas eventualidades, como contribuem positivamente para o sistema de segurança social.

A par da sustentabilidade do sistema, temos de **continuar a valorizar as pensões que atualmente estão a pagamento, garantindo que os pensionistas mantêm níveis de vida dignos e com qualidade semelhante à que tinham quando estavam no ativo.** É um compromisso com que nos queremos afirmar, reconhecendo dignidade no final de uma vida dedicada ao trabalho.

Ainda no sistema previdencial pretendemos garantir os direitos imediatos a quem tem quebras nos seus rendimentos de trabalho pelas eventualidades definidas, como por exemplo parentalidade ou doença, e continuar a melhorar a eficácia na sua atribuição, com o investimento na transformação digital da segurança social.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.3.3 Promover a natalidade, a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar e o envelhecimento ativo e digno

O país tem de continuar a olhar para o equilíbrio demográfico, designadamente para os níveis da natalidade. Tem de promover a aproximação entre o número de filhos que as pessoas têm do número de filhos que gostariam de ter. As políticas públicas têm de ser dirigidas para a conciliação entre vida profissional e familiar e para promoção das condições de exercício da parentalidade, nomeadamente reforçando o papel da organização do tempo de trabalho amigável da parentalidade, no quadro da negociação coletiva. O combate à precariedade do emprego jovem e o acesso à habitação são, também, condições essenciais para dar segurança às famílias que desejam ter filhos.

**A promoção do acesso e da gratuitidade da frequência de equipamentos de creche e educação pré-escolar, bem como o reforço dos apoios sociais à infância, como o abono de família e a garantia para a infância, são também marcos fundamentais da política que o PS deve continuar a prosseguir.**

Colocaremos, ainda, o foco na promoção da igualdade parental na promoção da natalidade.

**Garantiremos que as políticas públicas contem com os cidadãos mais idosos**, adaptando as respostas sociais aos desafios do envelhecimento e promovendo uma cidadania sénior ativa e empenhada, com vista a garantir uma qualidade de vida na terceira idade e a promover a autonomia e vida independente dos mais idosos.

Neste âmbito, **prossequiremos o aperfeiçoamento da figura do cuidador informal**, consolidando o respetivo Estatuto nas suas diversas dimensões, para que possa responder aos legítimos anseios e necessidades dos que prestam cuidados e, desse modo, salvaguardando os interesses da pessoa cuidada. Essa conjugação é indispensável para que as famílias enfrentem com condições adequadas, os difíceis desafios que as circunstâncias lhes colocam.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.3.4 Habitação acessível

O mercado nunca será capaz de responder às necessidades de habitação de uma camada significativa das famílias portuguesas. Porém, o parque público de habitação de renda acessível em Portugal ronda 2% do parque habitacional total. Essa marca compara com 20% na Dinamarca, 18% no Reino Unido, 17% na França ou 9% na Irlanda, por exemplo. A habitação tem de manter a prioridade atribuída pelo Governo a novas políticas, reforçando o sentido de emergência social na atuação nesta área. A resposta a essa emergência implica apoiar conjuntamente as famílias com dificuldade de pagamento das suas prestações ou das suas rendas, bem como **dar resposta imediata ao alarmante crescimento do número de pessoas sem-abrigo**. Sem descurar a prioridade ao modelo housing first, estabeleceremos, em diálogo com a Conferência Episcopal, um programa de reabilitação das várias instalações dos Centros Diocesanos Distritais, de forma a acolher pessoas que tenham essa necessidade.

**Para apoiar as famílias no que diz respeito ao crescimento da prestação creditícia, propomos a reposição da dedução fiscal em sede de IRS dos encargos com juros.**

No plano estrutural, a curto e médio prazo, é necessário aumentar muito significativamente o parque público de habitação acessível e o fomento da construção de nova habitação e da reabilitação urbana para fins habitacionais, pelo setor privado e cooperativo, alinhando incentivos nos casos em que os imóveis se destinem a habitação a custos controlados, num grande **Pacto Nacional para a Habitação**. Para acelerar esta transformação estrutural, deve ser dada prioridade à construção a partir de soluções com preparação industrial, como a construção modular ou soluções pré-fabricadas, com privilégio das soluções ambientalmente mais sustentáveis. **Propomo-nos, ainda, no próximo ciclo governativo do PS, conceder especial prioridade ao apoio à reanimação e à atividade das cooperativas de habitação.**

**Deve ser promovida a remoção de obstáculos à reconversão em uso habitacional de imóveis devolutos**, concretizando uma reforma no regime sucessório e no processo de inventário, visando-se assim facilitar a partilha dos imóveis permitindo que os mesmos regressem ao comércio jurídico, potenciando a sua utilização, bem como otimizando incentivos fiscais e simplificando a regulamentação urbanística, agravando a fiscalidade sobre os imóveis devolutos e articulando com as autarquias a aquisição dos imóveis com vista à sua reconversão em habitação pública.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

## 5.3.5 Saúde

O Partido Socialista é o partido que criou o Serviço Nacional de Saúde, reconhecidamente a obra política e socialmente mais relevante e meritória realizada pela nossa democracia e que representa para os socialistas um orgulhoso ativo do seu património da ação política e governativa. Cabe ao PS preservar esse legado colocando-o ao serviço das pessoas, renovando e reforçando o SNS, com melhores e mais adequados serviços, mais próximos, com mais qualidade, com maior acessibilidade e menores custos diretos de utilização.

Os governos do Partido Socialista, em cumprimento dos seus programas e face às inúmeras necessidades e carências imediatas, têm vindo a privilegiar a área da saúde, promovendo ao longo dos últimos 8 anos recuperação da capacidade, qualidade e acessibilidade do serviço nacional de saúde, tais como o reforço das verbas orçamentais dedicadas à saúde, em particular ao SNS, aceleração dos processos de autorização de inovação terapêutica, admissão de novos profissionais no SNS, descongelamento de carreiras, ativação de planos de investimento em novos hospitais e centros de saúde, criação de mecanismos de liberdade de escolha, e revisão do sistema de pagamentos de transportes doentes.

Apesar do trabalho realizado nos últimos oito anos, muito ainda se encontra por realizar para estabilizar o SNS e conferir-lhe um novo e mais ambicioso horizonte de progresso e capacidades, atualizando a sua missão e os seus recursos e modernizando a sua organização e funcionamento.

**Celebraremos com os agentes e profissionais do setor um Compromisso Plurianual para a Saúde, contendo uma programação do investimento em infraestruturas e equipamentos, dignificação profissional, designadamente de valorização da investigação, da formação e da transmissão de conhecimentos.**

O nosso propósito no domínio da saúde estará centrado na recuperação, renovação e reforço do SNS. É, todavia, **essencial investir no aumento significativo da formação de médicos**, quer através do aumento de vagas nas faculdades de medicina, quer no reforço das capacidades formativas e das vagas de acesso às especialidades médica, com vista a combater os efeitos da significativa redução do numerus clausus de medicina decididos nos anos 80 e 90, cujos efeitos devastadores se estão agora a sentir.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

O Partido Socialista deve procurar **otimizar o modelo de prestação de cuidados de saúde, privilegiando os cuidados de proximidade**, através da generalização das Unidades de Saúde Familiar de modelo B, cuja maior eficiência se encontra demonstrada, e **articulando melhor a complementaridade do setor público, designadamente com o setor social, com vista a diminuir a pressão sobre os cuidados hospitalares, em especial os serviços de urgência**, bem como deve promover uma gestão mais integrada da rede de cuidados, com a generalização das Unidades Locais de Saúde e com uma gestão da rede coordenada pela Direção Executiva do SNS. O reforço dos cuidados de proximidade passará, também, pelo alargamento da oferta de cuidados de determinadas especialidades no contexto dos cuidados de saúde primários, designadamente na área da saúde oral e visual.

**Para garantir o reforço de 50% na capacidade de consultas, cirurgias e exames de diagnóstico, contratualizaremos um acordo com as instituições do setor social. Com vista a reduzir a ocupação de camas hospitalares, retomaremos o programa “Voltar a Casa”, dedicado a idosos que estão em hospitais por falta de retaguarda familiar. Em seis meses, pretendemos garantir o regresso de 300 idosos a casa**, com retaguarda proporcionada pelas instituições particulares de solidariedade social. **Pretendemos garantir resposta hospitalar junto dos idosos que se encontram nas instituições** e criar equipas hospitalares que se deslocam aos lares e instituições para dar acompanhamento médico aos idosos, evitando que estes vão aos hospitais, muitas vezes de noite e em situações muito difíceis e de grande fragilidade. **Promoveremos, ainda, o reforço da telemedicina.**

O PS deve defender a prossecução da política do medicamento, no sentido de garantir aos cidadãos melhor acessibilidade ao medicamento, através do aumento da oferta e quota de genéricos, de autorização atempada da inovação terapêutica e da discriminação positiva dos cidadãos de mais baixos rendimentos ou com situações de doença crónica ou complexa, através de políticas de comparticipação de medicamentos mais favoráveis.

Devemos dar continuidade ao **alargamento das redes nacionais de cuidados continuados e cuidados paliativos**, reforçando o número de unidades existentes e as camas disponíveis e aumentando a oferta de cuidados de proximidade no domicílio. **Reforçaremos, ainda, a resposta articulada e em rede para a saúde mental e as demências.**



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

**É fundamental valorizar a promoção da saúde e prevenção da doença** através da execução de programas de educação para a saúde, aumentando a literacia dos cidadãos e as suas competências em autocuidados e fomentando comportamentos e estilos de vida saudáveis, da adoção de mecanismos ou incentivos dissuasores de comportamentos de risco resultantes do consumo de produtos ou substâncias nocivas para a saúde e da intensificação de programas de rastreio.

No âmbito da modernização administrativa, **incrementaremos a simplificação dos processos de interação dos cidadãos com os serviços de saúde** (marcação de consultas, exames, registos clínicos, emissão e obtenção de relatórios, informações, receituário e resultados de exames) adotando soluções flexíveis (presenciais e à distância) multicanal, com alargado suporte em tecnologias atualizadas de informação e comunicação. **Criaremos o “Minha Saúde”**, enquanto plataforma de interação entre os cidadãos e o sistema de saúde, com participação do sistema público de saúde, os subsistemas de saúde e os prestadores privados de cuidados de saúde, bem como do **Processo Clínico Eletrónico Único**.



# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.3.6 Qualificações, Educação e Ensino Superior

O acesso à educação é um pressuposto da igualdade de oportunidades por que se batem todas e todos os socialistas, uma vez que a educação é o mais poderoso elevador social. O PS tem sempre como prioridade o combate às desigualdades no acesso à educação, no sucesso escolar e nos trajetos escolares, do ensino pré-escolar ao superior. O país precisa de investir na recuperação das aprendizagens, prosseguir a melhoria do sucesso escolar e de continuar a reduzir o abandono escolar precoce, bem como de diminuir os custos das famílias com a educação dos filhos. O PS aprofundará as medidas de promoção do sucesso escolar, desde a universalização do ensino pré-escolar ao combate ao insucesso escolar em todos os graus de ensino, diversificando os instrumentos e as estratégias flexíveis de combate ao insucesso. No fundo, garantir a Educação como um direito universal e como fator de desenvolvimento humano.

A escola pública é única na capacidade de integrar e promover a igualdade. Deve, por isso, ser um espaço de qualidade, designadamente nas práticas inovadoras, desde o ensino artístico ao ensino de línguas estrangeiras. **Ao PS cabe continuar a defender a escola pública, através da continuada melhoria do parque escolar, designadamente no quadro da descentralização de competências para os municípios e do reforço da atratividade da profissão docente, com forte reforço da formação de professores, da sua autoridade e das suas condições de trabalho.**

**O PS manterá e reforçará, ainda, as políticas de recuperação de qualificações das populações adultas**, enquanto marca fundamental da sua governação, baseada no princípio de não deixar ninguém para trás. Para isso, o PS pugnará pelo cumprimento do desígnio estratégico da modernização da formação profissional contínua, ao serviço das pessoas, das empresas e do país, com o objetivo de no final desta década 60% dos adultos entre os 25 e os 64 anos com aprendizagem ao longo da vida todos os anos.

**O Partido Socialista defenderá a criação de uma rede de escolas de ensino profissional defendendo o conceito de fileira**, que em articulação com as instituições de ensino superior possam garantir recursos humanos especializados numa ótica de especialização inteligente e o lançamento de um plano nacional de modernização da rede de centros de formação profissional em articulação com as associações empresariais, tanto no plano das infraestruturas como da modernização e equipamento tecnológico. Bem assim, deve pugnar pela dinamização com os parceiros sociais de um programa de licenças para formação que facilite períodos de melhoria de qualificações e de requalificação das pessoas ao longo da vida, em articulação com a possibilidade de substituição dos trabalhadores em formação e implementar na sua plenitude o acordo de concertação social relativo à formação profissional e à sua relação com o mercado de trabalho.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

**Portugal deve continuar a trajetória de convergência com a União Europeia em matéria de qualificação superior, mantendo a estratégia de alargar o ensino superior a novos públicos e consolidar a qualificação dos portugueses, para que se atinja uma taxa média de frequência no ensino superior de 6 em cada 10 jovens com 20 anos até 2030**, e para assegurar 50% de graduados de educação terciária na faixa etária dos 30-34 anos.

Esta estratégia exige alargar a base social de participação no ensino superior para uma sociedade baseada no conhecimento, diversificar e especializar o processo de ensino e aprendizagem no ensino superior, intensificando a atividade de I&D e a articulação entre ensino e investigação. Por outro lado, exige empregar melhor, com mais e melhor integração entre educação, investigação e inovação e uma articulação com as empresas, o tecido produtivo, a administração pública e as instituições sociais, bem como reforçar e expandir a internacionalização do ensino superior e das atividades de I&D, estimulando a atração de recursos humanos qualificados em estreita articulação com novas atividades económicas de maior valor acrescentado.

Por isso, **o PS celebrará um novo “Contrato de Legislatura” para o período de 2024-2028 com as universidades e institutos politécnicos**, com o objetivo de garantir estabilidade e previsibilidade na rede de ensino superior.

**Reforçará a ação social escolar no ensino superior, incluindo os apoios aos estudantes deslocados** e ainda reforçará os incentivos e apoios para a frequência do ensino superior em regiões do país com menor procura e menor pressão demográfica, bem como **concretizará o financiamento do Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior, previsto no PRR.**

O Partido Socialista deve continuar a defender o fortalecimento da ligação da academia com a sociedade, fomentando a internacionalização das instituições de ensino superior e apoiando a sua integração em redes de cooperação internacional, incluindo as “Redes de Universidades Europeias”.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.3.7 Cultura

As políticas públicas de Cultura devem continuar a ser orientadas para a acessibilidade e participação alargada dos públicos e para a sua ligação às instituições culturais, às obras e aos criadores e artistas. A orientação política para o setor da Cultura deve representar a continuidade com o programa que se encontrava em execução, assente numa **visão estratégica, na valorização da competência dos agentes públicos da promoção cultural e na consistência orçamental. A visão estratégica assenta, então, em seis prioridades fundamentais: a promoção do livro e da leitura; o património cultural; a criação artística; a promoção do cinema e do audiovisual; a descentralização; e a internacionalização.** A descentralização e a internacionalização territorializam e extra-territorializam todas as prioridades antecedentes.

Na promoção do livro e da leitura as políticas públicas devem enfrentar os riscos que a transição digital coloca aos hábitos de leitura e as oportunidades que também proporciona à difusão dos textos literários. Quanto ao património cultural, foi desmoronada a ideia feita – mas falsa! – de que a direita política cuidava melhor da sua proteção. É necessário integrar a visão sobre o património e os museus e **prosseguir o maior investimento de sempre em curso na área do património cultural e na modernização e digitalização dos museus. Deve ser assegurada a centralidade do apoio à criação artística nas políticas públicas de cultura,** devendo o Estado proporcionar as condições de criação e fruição cultural, num esforço permanente e crescente de apoio aos artistas e de formação de novos públicos. É fundamental continuar a **promover o cinema e audiovisual,** continuando a apoiar a produção portuguesa e a preservação do património cinematográfico nacional. É fundamental **assegurar a descentralização da oferta cultural e a internacionalização dos artistas e da língua portuguesas,** como domínio central da nossa ação externa.

No domínio da comunicação social **deve ser garantido o acesso dos cidadãos a informação de qualidade, livre e esclarecedora, combatendo os fenómenos de desinformação e promovendo a literacia mediática.**



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.3.8 Migrações

Portugal deve continuar a afirmar-se como um país aberto ao mundo e acolhedor de quem o procura para desenvolver aqui o seu projeto de vida.

Nas atuais condições do mercado de trabalho, a economia portuguesa necessita de imigrantes. **Deve ser promovida a atratividade de quadros altamente qualificados, bem como de estudantes e investigadores estrangeiros**, com vista ao reforço do sistema científico nacional e à internacionalização das instituições de ensino superior. Para isso, é necessário reforçar os mecanismos de informação sobre direitos, condições e apoios. Importa, ainda, **agilizar os processos de legalização, das autorizações de residência ao reagrupamento familiar de imigrantes e refugiados**. A simplificação destes procedimentos administrativos é, também, um fator de combate às redes de imigração ilegal.

Participaremos ativamente e incentivaremos as nossas empresas, centros de conhecimento e instituições a participar nos programas europeus de cooperação para o desenvolvimento, como o Global Gateway ou o Europa Global, promovendo o diálogo multilateral entre os povos, as parcerias entre iguais e reduzindo os deslocamentos forçados por conflitos, violência ou pobreza devida a falta de formação ou impactos das alterações climáticas nos países geradores de maior número de refugiados.

Na sequência da reforma do modelo de controlo de fronteiras e de estrangeiros será implementada uma política de acolhimento de migrantes que permita responder às necessidades de desenvolvimento do país, num quadro de integração que seja potenciado pela identificação de fluxos migratórios mais favoráveis, designadamente no quadro do Acordo CPLP.

**Promoveremos um melhor acompanhamento dos fluxos migratórios de trabalhadores sazonais, desde a origem, através da nossa rede consular e de embaixadas, até ao acolhimento no território nacional, verificando as respetivas condições de trabalho e de habitação.**

Deve, também, ser reforçada a política de promoção do regresso de emigrantes, designadamente com a continuidade do Programa Regressar.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos



### 5.3.9 Juventude

É decisivo recentrar o modo como são definidas as políticas públicas, procurando dirigi-las todas para a juventude. É assim, especialmente, no amplo quadro de medidas que concorrem para emancipação jovem - desde logo, nas políticas educativas, nas políticas de promoção de emprego qualificado e estável ou nas políticas de acesso à habitação. Estas devem ser preocupações centrais da ação governativa, sendo que será apenas na interseção destas prioridades que conseguiremos continuar o esforço de fixação da geração mais qualificada de sempre no nosso país e promover o regresso dos que foram partindo. Nesse sentido, **defendemos a criação e implementação de mecanismos de avaliação de impacto das políticas públicas na juventude, considerando os jovens como destinatários transversais das políticas.**

Adotaremos medidas de reforço e da capacitação das organizações de juventude, uma vez que organizações de juventude fortes a nível local, regional e nacional contribuem para a formação cívica, para uma maior cultura democrática e para uma cidadania mais ativa. Bem assim, reforçaremos o apoio ao voluntariado jovem.

Promoveremos a aproximação dos jovens às instituições europeias e incentivaremos, nos estabelecimentos de ensino e nas universidades, a mobilidade dos jovens entre os Estados-Membros.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.3.10 Promover a igualdade de género e o combate a todas as formas de discriminação

O PS é o partido que mais contribuiu para reduzir a desigualdade entre homens e mulheres. Essa é uma luta contínua das e dos socialistas. Em particular, é essencial manter a prioridade no combate à desigualdade salarial entre homens e mulheres, aprofundando medidas de transparência salarial e mecanismos de atuação da inspeção do trabalho, para garantir uma efetiva avaliação e correção das diferenças salariais de género, conforme implementado pelos governos do Partido Socialista. É, ainda, fundamental promover o acesso de mais mulheres a cargos de chefia e de direção, quer no setor público, quer no setor privado.

O PS deu contributos fundamentais para o combate a todas as formas de discriminação designadamente através da lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo e das alterações à lei da procriação medicamente assistida, por exemplo. É essencial prosseguir esse caminho de garantia de uma sociedade acolhedora para todas e todos, independentemente da sua identidade de género, orientação sexual, raça, credo ou religião. Em especial, **devemos continuar a investir na prevenção e no combate à violência doméstica e à violência contra as mulheres.**

É essencial aumentar os níveis de formação antidiscriminação, em particular nos serviços públicos. No que concerne à legislação, deve garantir-se a **harmonização dos níveis de proteção de todas as categorias de discriminação e proteger a discriminação múltipla e interseccional**, isto é, de quem integra mais do que uma categoria de discriminação, garantindo a clareza dos enunciados normativos, quer para os aplicadores, quer para as vítimas.

Deve ser estimulada a participação e a representatividade de minorias nos órgãos do Estado e nas entidades públicas, bem incentivado o setor privado e social na prossecução da igualdade e não-discriminação.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.3.11 Inclusão das pessoas com deficiência

A potenciação da autonomia e a inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade foi uma prioridade dos últimos Governos, designadamente no quadro da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025.

Pretendemos prosseguir a implementação da Estratégia, **privilegiando a não institucionalização e as respostas de proximidade, bem como concretizaremos o modelo definitivo de Apoio à Vida Independente.**

**Defenderemos o aumento de alunos com deficiência a frequentar o ensino superior,** com melhoria das condições de acolhimento e fomentaremos o apoio à empregabilidade das pessoas com deficiência ou incapacidade.

**Aceleraremos o esforço nacional de promoção das acessibilidades** físicas, digitais, de informação e comunicação para todos, bem como reforçaremos a fiscalização do cumprimento das normas técnicas de acessibilidade, na construção, reabilitação, manutenção e conservação do espaço público, equipamentos, infraestruturas de transportes e habitações e no acesso a serviços.



## 5.3.12 Economia social

Conhecemos bem a importância que hoje tem o setor da economia social e solidária. Desde o relevante papel no setor financeiro, passando pelo potencial da iniciativa cooperativa, até ao relevo social das organizações de cultura e recreio.

A economia social continuará a ser um parceiro fundamental nomeadamente na promoção da coesão territorial e na construção da rede de equipamentos sociais. **O renovado pacto de Cooperação para a Solidariedade, bem como os programas de investimento social em desenvolvimento, constituem instrumentos decisivos para o papel do setor solidário no reforço do nosso modelo social.**

O apoio à primeira infância, aos equipamentos dirigidos à pessoas com deficiência, às famílias carenciadas ou aos mais idosos, continuarão a contar com a cooperação entre o Estado e o setor social.



# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.4 Proteção Ambiental

#### 5.4.1 Emergência climática



A emergência climática exige ação urgente. A subida do nível da água do mar poderá trazer consequências trágicas para diversas áreas do planeta e também para a costa portuguesa. Os eventos climáticos extremos sucedem-se hoje, sendo o nosso País particularmente afetado negativamente entre os países europeus, nomeadamente prevendo-se maiores períodos de seca, precipitação intensa e ondas de calor, pondo em causa a segurança dos cidadãos. Os episódios cada vez mais frequentes de calor extremo têm um forte impacto na saúde dos cidadãos. Há, pois, que continuar a procurar, por um lado, reverter as suas causas e, por outro, trabalhar na resiliência das populações.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

A ação climática deve ser integrada em todos os níveis da governação – nacional, regional e local – e territorializada. A redução de emissões e a prevenção e mitigação dos riscos de catástrofe devem ser prioridades tanto nacionais, como regionais e autárquicas.

Portugal foi o primeiro país a assumir o compromisso com a neutralidade carbónica até 2050, entretanto antecipado para 2045, concretizado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica e no Plano Nacional de Energia e Clima 2030. Tal implica uma aposta integrada ao nível dos diferentes setores, especialmente em termos dos transportes e energia, com **aumento da capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis, o reforço da rede de transportes públicos e alargamento do respetivo acesso através de redução tarifária, bem como no incentivo à mobilidade elétrica**, mas também na transição justa dos territórios e indústrias com utilização intensiva de carbono.

A aposta na garantia da execução dos programas financiados pela União Europeia é também um fator essencial numa melhoria ambiental, associada a continuação da implementação de uma reforma fiscal verde e numa promoção de veículos menos poluentes e zonas de baixas emissões.

A informação de todos é também essencial na prossecução de todas as políticas de adaptação às alterações climáticas, pelo que é essencial poder apostar em sistemas que permitam o acompanhamento das medidas, os impactos de cada uma e os riscos da inação, estimulando a participação dos cidadãos não só na consulta, mas também no desenho e na execução de medidas. Aliada à promoção da informação devem ser estimuladas as ações de sensibilização.

É fundamental garantir a continuidade do alinhamento das políticas nacionais com o Pacto Ecológico Europeu e que o recurso ao Mecanismo para a Transição Justa, que mobilizará 100 mil milhões de euros até 2027, garante o respeito pelo princípio fundamental do desenvolvimento sustentável: não deixar ninguém para trás.

A definição das políticas energéticas e ambientais deve ser inclusiva e participada. Promoveremos um debate público alargado como mecanismo mobilizador para a revisão regular dos Planos Nacionais de Energia Clima.

Considerando a diminuição de reservas de água doce, que contribuem para a escassez e stress hídrico, importa promover um uso racional da água, bem como a dessalinização de água do mar. No sentido de garantir a resiliência dos territórios deve manter-se o projeto já iniciado, designadamente o projeto enquadrado no PRR para a instalação da dessalinizadora no Algarve e avaliar a necessidade e possibilidade de implementação destes equipamentos em outros pontos do território.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.4.2 Transição energética verde e mobilidade

Portugal tem registado progressos significativos na produção de energias renováveis. A continuação da aposta numa maior utilização de energia de fontes renováveis é essencial para garantir uma maior segurança de aprovisionamento energético, preços mais acessíveis no abastecimento de energia, maior desenvolvimento tecnológico e maiores vantagens ambientais e sociais, não só na criação de emprego, mas também num desenvolvimento regional mais acelerado.

É urgente descarbonizar o restante consumo de energia, especialmente nos transportes e na indústria. É fundamental **promover a utilização de transportes coletivos e reforçar a aposta na mobilidade elétrica**. A promoção dos modos de mobilidade suave e o redesenho do espaço público para a otimização destes modos de transporte é essencial. É **fundamental expandir a aposta nas energias renováveis no domínio hídrico como eólico, designadamente offshore, mas também na energia solar**, bem como prosseguir a política de utilização de leilões. **Deve prosseguir-se e aprofundar-se o incentivo à geração local de energia e tornar mais acessíveis os apoios à eficiência energética**.

É, ainda, de destacar o papel das autarquias no apoio às comunidades locais nas suas iniciativas de melhor aproveitamento energético, bem como na sua própria ação, designadamente de aproveitamento dos seus espaços e equipamentos para a produção de energia e na promoção de equipamentos públicos (de iluminação e outros) mais eficientes, bem como na construção de habitação municipal digna e energeticamente eficiente.

Na urgente e difícil redução das emissões de carbono é importante, em estreita cooperação com a União Europeia, não esquecer as possibilidades que a aposta no hidrogénio, enquanto energia limpa, pode constituir para alcançar a neutralidade carbónica até 2050. O hidrogénio renovável tem um papel crucial na estratégia energética e climática de Portugal, evidenciando que a descarbonização pode ser feita com a criação de emprego, nesta aposta de reindustrialização do país.

Continuaremos a promover uma política industrial em torno do hidrogénio, na perspetiva de descarbonização da economia e de promoção de uma nova fileira industrial com potencial exportador e gerador de riqueza. Nesse sentido, importa continuar a promover e mobilizar investimento público e privado em projetos nas áreas da produção, do armazenamento, do transporte e do consumo e utilização de gases renováveis em Portugal. Da mesma forma, será importante capitalizar estes investimentos infraestruturantes numa política industrial mais alargada, que atraia e dinamize o tecido empresarial e industrial, numa trajetória de maior valor acrescentado em produtos verdes e inovadores.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

**Apostaremos, ainda, no desenvolvimento de infraestruturas de fornecimento de hidrogénio aos consumidores finais e estimular a criação de procura no mercado, designadamente na indústria e no setor dos transportes.** Paralelamente, deve ser feita uma forte aposta na promoção da investigação e inovação, assente numa partilha de conhecimentos a nível global, permitindo uma redução de custos, um aumento da competitividade e da confiança dos investidores e consumidores.

É fundamental, contudo, que esta transição seja justa e não deixe ninguém para trás. É fundamental proteger os setores que serão mais afetados pela necessidade de realizar esta transformação, bem como os seus trabalhadores. É fundamental a reconversão dos trabalhadores, a proteção dos mais vulneráveis e a valorização dos territórios que sejam afetados pela mudança dos respetivos fundamentos económicos.



# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.4.3 Tratar os resíduos e promover a circularidade

Uma visão coordenada e integrada de políticas de consumo e produção sustentáveis deve encontrar compatibilidade com uma economia baseada em políticas eficientes em termos de recursos, procurando uma gestão ambientalmente sustentável dos resíduos e a promoção da sua redução através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização, tendo em vista a implementação de uma economia circular.

Deve, pois, ser incentivada a indústria que atente ao ciclo de vida do produto e à reutilização dos respetivos materiais desde a fase de conceção, assegurando uma transição para uma economia menos consumidora de matérias-primas finitas e menos geradora de resíduos, otimizando os fatores de produção, aumentando a eficiência e reduzindo custos. Bem assim, deve ser promovido recurso à utilização de serviços, em detrimento à aquisição de bens, com vista a otimizar os recursos disponíveis em bens e equipamentos.

**O desenvolvimento da economia circular deve, pois, assentar numa melhor gestão de resíduos, considerando os seus ciclos de vida, promovendo uma utilização mais sustentável dos recursos.**

Temos de introduzir novos sistemas, como sistemas de recolha do tipo PAYT (Pay-As-You-Throw), apostar em campanhas de sensibilização que permitam um desenvolvimento da recolha seletiva de resíduos, potenciando o aumento dos níveis de reciclagem e o aumento da capacidade de recolha de biorresíduos, bem como criar redes de partilha de conhecimentos com outras comunidades.

Assim, além do aumento da reutilização e reciclagem, importa prevenir a produção e perigosidade de resíduos, garantir uma diminuição substancial da deposição em aterro e apostar na consolidação da rede de gestão de resíduos. Por fim, deve ser estimulada a aposta numa redução do desperdício alimentar.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.4.4 Bem-estar animal

Os avanços conseguidos em matéria de tratamento ético e do bem-estar animal também devem continuar a ser consolidados e ampliados, em linha com os valores preconizados no contexto alargado da proteção da Natureza, e neste caso da salvaguarda dos animais independentemente da sua função de companhia.

No imediato, este esforço deverá continuar a ser prosseguido tanto do lado do quadro penal aplicável no caso dos maus-tratos e da proteção geral dos animais e da Natureza, como da sucessiva melhor previsão deste tema no contexto da produção e da utilização económica dos animais, com equilíbrio e orientação pelos princípios de referência.

**Deve ser densificado o quadro legal relativo ao bem-estar dos animais de companhia, promovendo uma detenção responsável dos animais e o apoio aos seus detentores.**



# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.5 Justiça, instituições eficazes, segurança e Paz

O PS, para além de manter-se fiel ao seu ADN de vocação universal deve alinhar transversalmente a sua proposta política com a Agenda 2030 no que concerne à paz, à justiça, à promoção do Estado de direito, de instituições eficazes, responsáveis e transparentes e de parcerias que promovam o desenvolvimento sustentável.

A governação do PS tem, também, como marca o respeito e cooperação institucional com todos os órgãos de soberania, com o poder local e com as Regiões Autónomas.

Portugal tem constado sucessivamente nos rankings do Global Peace Index como um dos países mais seguros do mundo. Este é um legado que queremos honrar: na prevenção dos incêndios, na vigilância do nosso território e das nossas costas e no combate à criminalidade, em geral, e à violência doméstica, ao tráfico de droga e à criminalidade económico-financeira, em particular.





# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.5.1 Justiça e instituições eficazes

### 5.5.1.1 Justiça

A justiça é um pilar essencial do Estado de direito democrático. As realidades complexas do mundo atual trouxeram dificuldades à sua realização pelo que exigem uma reflexão abrangente por parte de todos os agentes – magistrados, advogados e demais profissionais de justiça, a academia, os partidos políticos e a sociedade civil – com vista a encontrar as melhores soluções, no quadro de um **Compromisso para a Justiça**. Neste âmbito, a constituição de um Conselho Consultivo da Justiça contribuirá para essa revisão permanente e para a monitorização da sua implementação.

A celeridade da justiça é essencial à sua realização, em especial quanto à justiça penal. Assim, o PS deve procurar, no âmbito do debate, encontrar entendimentos entre os principais partidos políticos com vista à implementação de reformas que garantam a confiança no sistema, não descurem as garantias dos cidadãos, previnam e combatam a criminalidade, especialmente nas suas formas mais complexas – a criminalidade económico-financeira, o flagelo da corrupção e crimes conexos, a fraude, a evasão fiscal e o planeamento fiscal agressivo – melhorem a eficiência do Ministério Público e contribuam para o desenvolvimento económico do país. Com efeito, o funcionamento da justiça tem implicações importantes na atividade económica, em particular na realização de investimento e na atração de investimento direto estrangeiro.

Entre estas reformas tendentes à celeridade, **a revisão das regras sobre conexão de processos, assim evitando os “megaprocessos”**, que tendem a eternizar-se e a gerar a convicção na sociedade de que as responsabilidades não são devidamente assacadas aos agentes de crimes, é essencial, bem como o reforço dos mecanismos de garante do cumprimento dos prazos processuais.

Contribuirão igualmente para uma justiça mais célere: a necessária especialização dos tribunais; a revisão transversal dos prazos judiciais, adaptando-os de acordo com a complexidade dos processos e promovendo a sua efetiva aplicação; o repensar da utilidade e necessidade de vários atos processuais em todas as fases processuais e eliminando os que tenham natureza meramente dilatória; a revisão do sistema de recursos, com vista a promover o trânsito em julgado das sentenças e acórdãos; a redução das tarefas burocráticas dos operadores da justiça, libertando-os para a sua função principal no quadro dos processos; a continuação da aposta na digitalização da justiça, associada a soluções inovadoras, como seja a padronização de processos, ou o recurso a mecanismos de automatização para auxiliar magistrados e oficiais de justiça nas suas funções.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

**A transparência dos tribunais deve continuar a ser uma prioridade do PS.** Com efeito, é necessário garantir que a informação estatística e a atividade dos tribunais são facilmente acessíveis aos cidadãos. Com recurso às diversas soluções que o desenvolvimento dos sistemas informáticos e de captação de dados têm promovido, conseguir-se-á conhecer a forma como os tribunais aplicam a justiça, mas também medir o grau de eficiência dos seus diversos atores, cuja prestação de contas deve ser mais exigente. Neste âmbito, a prestação de contas também merecerá aprofundamentos. Proporemos a apreciação em sede própria, na Assembleia da República, do relatório anual de atividades do Ministério Público.

A especialização dos tribunais de forma transversal à arquitetura do sistema judicial implica a reforma do modelo de ensino e formação dos magistrados, de forma a garantir que estes estão dotados dos conhecimentos indispensáveis ao exercício das suas funções, sem descurar os conhecimentos essenciais e transversais de maior relevância. Por outro lado, deverá ser uma prioridade para o PS o reforço da capacidade técnica e científica dos tribunais superiores, focando a sua atividade nas questões de maior complexidade.

Em matéria de registos e notariado, e tendo presente os impactos sociais dos regimes jurídicos, o PS deve pugnar pela **reforma do regime sucessório**, de forma a estimular os processos de habilitação de herdeiros, inventariação e partilha, garantido que, com respeito pelo período de luto dos familiares e outros sucessores, os bens são atribuídos aos sucessores com a maior brevidade possível, retornado assim ao comércio jurídico e potenciando a sua utilização, o que tem relevância no combate aos problemas de habitação.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.5.1.2 Qualidade da democracia

O PS deve participar em todos os debates sobre o aprofundamento da qualidade da democracia, da transparência no exercício de funções públicas e políticas e do exercício pleno da cidadania.

Nos primeiros seis meses da nova legislatura, e após amplo debate público, o PS apresentará na Assembleia da República propostas a respeito da reforma do sistema eleitoral, da melhoria da ligação entre eleitos e eleitores e correspondente valorização da legitimidade representativa da Assembleia da República, da reforma do sistema de governo das autarquias, na sequência da descentralização de competências para os seus órgãos, sobre a regionalização e sobre a transparência no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos.

Defenderemos a facilitação da iniciativa legislativa dos cidadãos e promoveremos o aumento do número de atos legislativos colocados em discussão pública, bem como a criação de uma plataforma digital de interação entre os cidadãos e os deputados eleitos para a Assembleia da República pelo Partido Socialista que promova o conhecimento das funções dos parlamentares de um modo simples e acessível e a participação dos cidadãos e a operacionalização de um sistema de perguntas dos cidadãos que garanta que todas as perguntas têm resposta. Relançaremos o Orçamento Participativo Portugal e pugnaremos pela facilitação da realização de referendos locais.

**O PS defenderá a regulamentação do exercício de atividades de representação de interesses junto de entidades de natureza pública (lobbying)** com obrigatoriedade de registo de interesses e reforçará e monitorizará a aplicação de instrumentos de defesa da transparência, a partir do centro do Governo, em especial pelo Executivo e pelos diversos departamentos da Administração Central, mas também em sede parlamentar e no âmbito das Autarquias Locais. **Estabelecerá, ainda, o registo da «pegada legislativa», que identifica a proveniência dos anteprojetos legislativos**, bem como todas as interações entre os órgãos com poder legislativo e entidades terceiras. Clarificará matérias de impedimentos e incompatibilidades dos Deputados da Assembleia da República, designadamente no que concerne ao exercício do mandato em acumulação com o exercício de profissões liberais no quadro de sociedades que desenvolvam relações contratuais com o Estado e demais entes públicos ou que litiguem contra estes.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

Defenderemos a publicitação das audiências dos titulares de cargos políticos com partes interessadas, como um contributo para uma boa informação do público em geral com relação à atividade dos governantes, sem pôr em causa a autonomia da atividade política, cuja preservação é fundamental.

O PS manterá a política de melhoria da qualidade da legislação, designadamente o Programa Legislar Melhor, alargando designadamente a avaliação de impacto legislativo a mais âmbitos de avaliação de impacto não económico, sem prejuízo da manutenção do importante contributo da avaliação de impacto económico para a redução dos custos de contexto para cidadãos e empresas.

Defenderemos o reforço da transparência e os mecanismos de informação e comunicação na aplicação dos fundos europeus, em especial no Portal Mais Transparência.





# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

## 5.5.1.3 Instituições eficazes

Construiremos uma política de reforço da ação do Estado e da eficácia da sua ação. **Criaremos um representante do Governo em cada região correspondente ao território das CCDR.** Com efeito, desde a extinção dos governos civis que se tem notado um vazio ao nível da coordenação da ação do Estado localmente, o que ficou ainda mais evidenciado no contexto do combate à pandemia. A experiência adotada provou bem a sua eficácia no terreno e a necessidade da implementação de uma solução a título definitivo.

**Também nas funções reguladoras do Estado, deve haver um reforço de meios, humanos e tecnológicos,** designadamente com recurso a inteligência artificial (cuidando da prevenção do viés dos algoritmos), com vista à eficácia da ação reguladora e fiscalizadora do Estado, permitindo que este garanta a equidade entre os operadores económicos e a adequada correção de assimetrias e falhas de mercado.

**Continuaremos o robustecimento da Administração Pública,** enquanto instrumento de ação do modelo de Estado que preconizamos, apostando na melhoria da resposta, em qualidade e celeridade, orientada para as pessoas, as empresas e para o país.

Os governos do PS têm vindo a adotar medidas para valorizar, capacitar e rejuvenescer a Administração Pública, porque consideramos fundamental que os serviços públicos disponham de profissionais e dirigentes tecnicamente capazes para lidar com desafios. Queremos aprofundar esta linha de atuação para assegurar que continuamos a desenvolver uma Administração Pública assente numa maior intensidade de saber, com sistemas de aprendizagem contínua que potenciam um percurso profissional atrativo.

Para isso é necessário garantir que a Administração Pública dispõe de trabalhadores com capacidade de participar no planeamento, execução e avaliação de políticas em modelos que envolvem os cidadãos e outras partes interessadas de forma cada vez mais aprofundada, que funcione em rede, em colaboração permanente para partilhar recursos materiais e de conhecimento. **Aprofundaremos, designadamente, o modelo iniciado de criação de centros de competências.**

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

Devemos continuar a inovar nas respostas a cidadãos, empresas e outros atores sociais, tirando partido das ferramentas tecnológicas: os governos do PS têm utilizado o digital para transformar a educação, a prestação de cuidados de saúde e para dar origem a novas formas de atendimento público à distância. **Devemos procurar incorporar as soluções de Inteligência Artificial para analisar grandes volumes de dados e desenhar repostas personalizadas aos cidadãos**, abrindo um imenso campo de oportunidades para melhorar o funcionamento dos serviços públicos e, na linha do preconizado pela União Europeia, resolver problemas em áreas críticas como saúde, transportes, energia, segurança ou a luta contra a desinformação, sempre cuidando da qualidade e do não enviesamento dos algoritmos.

O nosso propósito é aprofundar esta caminho de forma responsável e democrática. Responsável porque defendemos que as soluções digitais inovadoras devem ser testadas, avaliadas e só depois expandidas. Democrática porque defendemos clareza, transparência e envolvimento dos utilizadores e não apenas de especialistas na definição de soluções para novos serviços, pois a avaliação dos riscos da utilização destas soluções interessa a todos. A literacia digital, o debate e instrumentos de escrutínio público são o que promoveremos ativamente. E fá-lo-emos **relançando uma Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública** alicerçada nestes princípios, com monitorização e avaliação pública.

Mas a inovação, que tira do partido do digital, assenta sobretudo em condições organizacionais e fatores culturais que permitam quer melhorar práticas existentes para potenciar resultados, como testar novas abordagens para garantir a adaptação a mudanças no ambiente, ou explorar temas emergentes que podem originar prioridades futuras. A nossa ambição é elevar o nível de maturidade das políticas de inovação para garantir capacidade permanente da estrutura administrativa para inovar, a começar pelos trabalhadores da Administração Pública.

Queremos aprofundar esta aposta dos governos do PS, que foi evidente logo com o lançamento do Simplex, em 2006, centrado na eficiência da AP e em serviços mais simples a cidadãos e empresas, relançando este programa articulado com uma Estratégia específica para a Inovação e Modernização da Administração Pública e com um novo Sistema de Incentivos à Inovação na Gestão Pública, orientado para a experimentação e no reconhecimento de projetos inovadores.

A digitalização do Estado e da administração pública exige a perspetiva omnicanal aplicada a toda relação dos particulares com a administração. Assim, o respeito pela autonomia constitucional do poder local não impede a construção de um grande esforço nacional para unificar o relacionamento tecnológico com os cidadãos, sempre no respeito pelas atribuições e competências de cada instituição e pelo princípio da governação



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

multinível. **Propomos uma visão dos processos orientada aos cidadãos.** Independentemente de qual a entidade da administração que seja titular de cada processo e responsável pela execução e deliberação administrativa. O programa Simplex, estatal e autárquico, deverá ser interligado tecnologicamente a este fim. A Agência para a Modernização Administrativa deverá ser reforçada como verdadeira autoridade nacional para a digitalização, onde participem Autarquias, Regiões e Estado, como responsável por toda a vertente de tecnologia e de conhecimento para que possa preparar, desenvolver e fornecer serviços digitais como ponto de contacto dos cidadãos com a administração central e a administração local. A esta autoridade e plataforma comum deverá ser associado um sistema de incentivos à criação de entidades associativas públicas para partilha de recursos e de exercício conjunto de atribuições e competências.



# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.5.2 Segurança

Vivemos num mundo em permanente mudança e no qual os acontecimentos se desenrolam com uma rapidez e intensidade nunca testemunhada, o que pode suscitar incerteza e insegurança.

Face às exigências do nosso tempo torna-se fortemente aconselhável adotar uma conceção alargada do interesse nacional nas seguintes áreas fundamentais: (i) a estratégia de segurança nacional; (ii) a estratégia nacional de segurança interna, proteção civil e de resposta às situações de calamidade pública, bem como, noutra plano, de proteção das infraestruturas críticas nacionais; (iii) o plano nacional de segurança energética; (iv) o plano nacional de segurança alimentar; (v) a estratégia de combate às alterações climáticas, de preservação ambiental e de conservação da água e de gestão dos recursos hídricos; e (vi) a estratégia nacional de cibersegurança.

Uma segurança eficaz e ao mesmo tempo humanista, valorizando os profissionais e próxima das pessoas, é um património dos socialistas que continuaremos a aprofundar.

Todos, sem exceção, têm direito à segurança. Tendo um papel ímpar nesta sede, o PS deve continuar a pôr ao serviço do país a sua experiência e conhecimento na definição e execução de políticas públicas.

O terrorismo, o tráfico de pessoas, de armas e de droga ou o cibercrime constituem também ameaças globais que impõem a existência de meios operacionais e de vigilância, para a sua prevenção e repressão.

**Incrementaremos a partilha de recursos entre as forças e serviços de segurança, nomeadamente GNR e PSP,** eliminando redundâncias nas funções respetivas, designadamente as de controlo das fronteiras marítimas e terrestre, quando necessário, nas brigadas de controlo do trânsito em estradas nacionais, de prevenção dos fogos florestais, de apoio à fiscalização e controlo de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira, bem como de protocolo e assistência aos órgãos de soberania.

**Importa aprofundar, em todo o território nacional, as funções da polícia de patrulhamento** e garantia da segurança pública bem como de proximidade, estreitando as suas missões de prevenção segundo as necessidades estabelecidas ao nível dos conselhos locais de segurança, em cooperação com as Autarquias Locais e demais instituições relevantes da comunidade local.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---

Devemos aperfeiçoar, mediante a devida cooperação dos organismos competentes em razão da matéria, dos procedimentos e instrumentos de acompanhamento devido da situação dos estrangeiros residentes em território nacional, acautelando a indispensável eficácia dos mecanismos que assegurem a regularidade dessa permanência e permitam resolver de forma adequada todas as situações detetadas de irregularidade, quer quanto à permanência ilegal, quer quanto ao risco de tráfico laboral ou para outros fins de exploração da dignidade humana.

É fundamental reforçar a intervenção sobre fenómenos de violência, designadamente relativos à atividade desportiva e à violência doméstica e desenvolver respostas multidisciplinares e integradas, que incluam designadamente todos os níveis de Governo (nacional, regional e local), instituições de saúde e do setor social no combate à criminalidade associada ao tráfico de droga.

No âmbito da proteção civil, **continuaremos o desenvolvimento e materialização da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030**, que materializa o compromisso nacional com o cumprimento das metas traçadas pelo Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes.

Falar do sistema de proteção civil implica falar daquele que é um dos mais importantes pilares do sistema, os Bombeiros. Neste plano, continuaremos a aprofundar o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos. Os principais eixos futuros passarão pela crescente profissionalização do setor, estruturando e consolidando a rede de equipas de intervenção permanente, mantendo viva a matriz tão nossa e que assenta no voluntariado, apostando na necessária adaptação e aprofundamento da formação, agregando centros de conhecimento e de investigação e adequando a capacitação destes operacionais aos complexos desafios atuais e futuros.

Por outro lado, queremos ainda avaliar as necessidades em matéria de financiamento permanente, de forma integrada e envolvendo todos os parceiros, nomeadamente a área da saúde e as autarquias, a promoção e incentivos ao voluntariado, o reequipamento e a estruturação das carreiras.

**Defendemos o reforço do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais**, na promoção da articulação entre todos os intervenientes na prevenção estrutural, nos sistemas de autoproteção de pessoas e infraestruturas.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

**Procederemos à extinção da SIRESP, S. A., passando as suas atribuições, recursos e responsabilidade para um organismo da administração direta ou indireta do Estado, no âmbito do Ministério da Administração Interna,** permitindo a implementação do novo modelo institucional de desenvolvimento da área das tecnologias, comunicações e comunicações de emergência do MAI, assegurando uma estrutura de gestão integrada de rede que inclua a área tecnológica da Rede Nacional de Segurança Interna, as comunicações, o 112.pt, as comunicações de emergência (rede SIRESP) e as bases de dados dos serviços e organismos da administração interna.





## 5.5.3 Paz

Num tempo em que o regresso do flagelo da guerra e do ódio representam um retrocesso da Humanidade, a procura da paz, através da diplomacia, constitui um legado do PS, mas é também uma responsabilidade de que não podemos prescindir.

Relativamente a qualquer conflito armado, o PS deve continuar a defender a criação de condições tendentes à negociação de soluções pacíficas, com respeito pelo direito internacional, em especial pelo direito humanitário, e pela autodeterminação dos povos. No plano humanitário, o PS considera que é um imperativo ético de Portugal associar-se aos esforços para receber os refugiados que fogem às guerras, bem como reforçar a ajuda humanitária às populações e organizações no terreno, em domínios como os da saúde, água, energia ou alimentação.

No contexto decorrente da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, o PS deve continuar a privilegiar uma abordagem comum no seio da União Europeia e da NATO, em estreita articulação com outros Estados que partilhem os valores subjacentes ao corpo de medidas destinadas a tentar reverter o atentado ao Direito Internacional que aquela agressão configura, nomeadamente pela **aplicação de sanções contra a Rússia.**

No tocante ao conflito que envolve Israel e a Palestina, o PS, que tem um inigualável património histórico de abordagem equilibrada daquele processo, desde os tempos de Mário Soares, deve continuar a perseverar no sentido da redução das tensões e da violência, num caminho para **uma solução política que compatibilize a segurança de Israel e os direitos do povo palestino, nomeadamente continuando a explorar a viabilidade da solução de dois Estados,** no estrito respeito pelas resoluções das Nações Unidas.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

### 5.5.3.1 Defesa nacional

As Forças Armadas desempenham uma função essencial na garantia da nossa soberania, tendo, com regularidade, solicitações para participar em novas missões, de natureza complexa, incluindo de ajuda humanitária e de apoio a populações civis, no território nacional e além-fronteiras, no quadro do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Os desafios atuais a nível de defesa impõem a adequação dos meios da defesa nacional. Neste sentido, **Portugal deve cumprir o compromisso assumido no âmbito da NATO de aumentar a despesa em defesa**, participando ativamente na complementaridade entre a NATO e a UE, na consolidação da capacidade militar da UE. Com a agressão militar da Rússia contra Ucrânia, a participação portuguesa na UE tem ainda mais relevo no que diz respeito à implementação da Bússola Estratégica para a política comum de segurança e defesa.

**O PS também deve contribuir para o reforço e modernização das capacidades das Forças Armadas**, designadamente no âmbito do reforço da segurança marítima, incrementando o uso de meios tecnológicos nas atividades militares. Esse reforço deve estar a par do estímulo ao cluster nacional de indústrias de defesa.

Valorizaremos o papel daqueles e daqueles que servem ou serviram nas nossa Forças Armadas, designadamente no contexto das Forças Nacionais Destacadas.

Renovaremos o compromisso de dignificar e apoiar os Antigos Combatentes e famílias, incluindo deficientes militares, cuidadoras e viúvas, com o aprofundamento dos direitos e benefícios consagrados no Estatuto, proporcionados a mais de 400 mil pessoas, reconhecendo e dignificando os Antigos Combatentes, preservando e partilhando a memória, valorizando os seus direitos, também através da materialização de apoios reforçados. Pelos 50 anos do 25 de abril, é da mais elementar justiça assegurar o público reconhecimento do serviço prestado ao País com abnegação, sofrimento, sacrifício e coragem.



# Por Todos. Para Todos

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

## 5.6 Parcerias: Política externa e Cooperação

As portuguesas e os portugueses estão bem cientes do caráter disruptivo da invasão da Ucrânia pela Rússia. **O contexto de guerra às portas da Europa não parece, aliás, ter caráter conjuntural. Essa condição, acrescida do agravar do conflito no Médio Oriente, determina decisivamente o posicionamento estratégico do Partido Socialista, reforçando a necessidade da manutenção da sua autonomia estratégica.** A aproximação a outras forças políticas tem de observar o especial contexto de importância do papel de Portugal na UE e na NATO.

A situação de incerteza e instabilidade mundial implica assumir, sem tibiezas, o património de política externa do PS, fundado por Mário Soares e Medeiros Ferreira, que fundou o consenso nacional em matéria de política externa, que é garante da continuidade dos compromissos internacionais do Estado e da continuidade da sua ação externa, definindo Portugal como um país ocidental, simultaneamente europeu e atlântico.

**Portugal é um país aberto ao mundo e tem uma vocação global. Pode ter um papel de mediador, de facilitador, de construtor de pontes entre diversas geografias.** Para esse posicionamento contribuem decisivamente as comunidades portuguesas na diáspora, constituindo um dos principais ativos da política externa portuguesa e do desenvolvimento nacional.

Neste domínio, é de destacar o investimento realizado para modernizar o atendimento consular, com destaque da abertura dos Centros de Atendimento Consular (CAC) para Espanha, Reino Unido, Irlanda, Bélgica, Luxemburgo, Itália e Países Baixos e França. Para além disso, norma do Novo Regulamento Consular que estabelece que todos os atos consulares que não exijam a presença da pessoa utente nos serviços consulares possam ser praticados por via eletrónica, com recurso a meios telemáticos e plataformas móveis colocadas à disposição pelo Estado representou um ganho considerável de eficiência. O PS defende que o esforço de aproximação às comunidades portuguesas deve prosseguir neste sentido.

O mundo está a observar o surgimento de um multilateralismo alternativo ao tradicional de predominância ocidental, com profundo impacto nas alianças internacionais e conflituante com o sistema das Nações Unidas. Uma espécie de multipolaridade assimétrica. A aposta nacional deve persistir na defesa do multilateralismo internacional. Nesse contexto, ganha centralidade o apoio à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a diversificação do apoio português a países candidatos ao Conselho de Segurança, sem esquecer a própria candidatura portuguesa para o biénio 2027-2028.

# 5.

## Políticas sustentáveis para o futuro de todas e de todos

Portugal deve aproveitar as suas especiais condições para o estabelecimento de pontes de diálogo com países não ocidentais, em particular no continente africano, não apenas na África lusófona, bem como na América latina, designadamente no quadro da Cimeira Ibero-Americana. Assim, e sem prejuízo da centralidade da aposta no multilateralismo, Portugal deve aprofundar a aposta em espaços de diálogo de menor escala, em vários formatos, com países com quem comungue desígnios estratégicos.

No âmbito da definição da cooperação portuguesa para o desenvolvimento, no plano externo, o PS continuará a honrar os princípios e dimensões transversais, com destaque para o princípio de «não deixar ninguém para trás», refletido na centralidade atribuída aos Países Menos Avançados (PMA), aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), aos países em situação de fragilidade e países em processo de graduação.

Neste quadro, consideramos fundamental **continuar a executar a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 (ECP 2030)**, instrumento de planeamento de alto nível alinhado com a Agenda 2030, os ODS e as suas metas.

Aprovada há precisamente um ano, a ECP 2030 contribui definitivamente para a prossecução de dois compromissos-chave a nível internacional, para além da Agenda 2030: a Agenda de Ação de Adis Abeba sobre o financiamento para o desenvolvimento e o Acordo de Paris. O nosso modelo não prescinde, assim, desta matriz, que constitui um referencial para a cooperação para o desenvolvimento, a educação para o desenvolvimento e a ação humanitária e de emergência, incorporando como prioridades transversais a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e meninas. Todos os programas da cooperação portuguesa devem continuar a integrar e demonstrar previamente o seu contributo para este desígnio.

Tirando partido da capacidade das organizações não-governamentais para o desenvolvimento ONGD de mobilizar comunidades e cidadãos e cidadãs, o PS deve também reforçar o papel de Portugal na ajuda pública ao desenvolvimento.

Portugal deve procurar privilegiar, também, a cooperação tripartida, procurando novos aliados nesta estratégia como modo de potenciar a sua ação na cooperação para o desenvolvimento.



**Por Todos. Para Todos**

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

---



# 6.

## Um futuro de esperança para Portugal

Esta moção de orientação nacional traça uma visão para o país: um país orientado para o crescimento da economia e do emprego, com trabalho digno e melhores salários, com uma base económica diversificada, assente na inovação e no conhecimento, com justiça social e respeito pela diversidade. Um país crescentemente autónomo do ponto de vista energético e com maior incorporação de energias renováveis no consumo energético total, que protege a biodiversidade e trata melhor dos seus resíduos, promovendo a circularidade. Um país novamente voltado para o mar e para o seu potencial económico, com respeito pela proteção da vida marinha. Um país que aposta na transição energética e na transição digital, sem deixar ninguém para trás. **Um país descentralizado, com autarquias locais reforçadas nas suas competências. Um país cuja unidade se faz também através do desenvolvimento da autonomia das regiões dos Açores e da Madeira.** Um país democrático, seguro, coeso e resiliente territorialmente, com instituições eficazes e um sistema de justiça eficiente. Um país aberto ao mundo e ciente da sua importância no projeto europeu, na aliança atlântica e na comunidade dos países de língua portuguesa. Um país que procura o bem-estar das portuguesas e dos portugueses no presente, sem comprometer o futuro.

Desde a nossa vocação europeia, à aposta no desenvolvimento económico, na coesão social, na proteção ambiental, num quadro de paz, justiça, segurança e parcerias, a presente moção traçou um quadro de solidariedade entre as gerações do presente e do futuro e entre mais velhos e mais jovens.

Pretende-se afirmar políticas públicas que respondam aos desafios do presente, assegurando um futuro próspero e sustentável, uma transição verde e digital, que seja simultaneamente uma transição justa.

Que reafirme o compromisso de sempre dos socialistas: não deixar ninguém para trás!

Uma moção e um Partido POR TODOS PARA TODOS!